



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,  
REVISÃO E REDAÇÃO**

**SESSÃO: 189.4.55.O**

**DATA: 07/08/18**

**TURNO: Noturno**

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa  
Extraordinária - CD**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 18h51min**

**TÉRMINO: 23h08min**

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

| Hora | Fase | Orador |
|------|------|--------|
|      |      |        |

**Obs.:**

**Ata da 189ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Noturna, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 7 de agosto de 2018.**

**Presidência dos Srs.:**

**Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.**

**Gilberto Nascimento, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.**

**ÀS 18 HORAS E 51 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:**

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

André de Paula

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



---

## **I - ABERTURA DA SESSÃO**

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 356 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

## **II - LEITURA DA ATA**

Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

## **III - EXPEDIENTE**

**(Não há expediente a ser lido.)**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Passa-se às

#### **IV - BREVES COMUNICAÇÕES**



---

**O SR. JORGE SOLLÁ** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, novo painel.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - É regimental, nobre Deputado.

**O SR. JORGE SOLLÁ** - Obrigado.

**O SR. CHICO ALENCAR** - Sr. Presidente, esforço concentrado, e não fraqueza dispersa.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Já que é novo painel, vamos ser democratas? Quem quiser falar por 1 minuto é só ficar em frente aos microfones, e o Presidente vai chamando um daqui, um dali. Vamos fazendo um bate-bola, e todos vão falar por 1 minuto, porque o Regimento pede isso — se não pede, eu estou fazendo.

**O SR. JHONATAN DE JESUS** - E aquele que usar da palavra, Sr. Presidente, deve registrar presença.

**O SR. CHICO ALENCAR** - Sr. Presidente, quero falar por 1 minuto, mas também quero usar o tempo de Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Então o tempo de V.Exa. será de 4 minutos.

Enquanto V.Exa. se dirige à tribuna, darei a palavra ao Deputado Glauber Braga.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Sr. Presidente, pergunto a V.Exa. se, depois que o Deputado Chico Alencar utilizar a tribuna como Líder, nós poderemos dirigir perguntas ao Relator da matéria, como já é praxe nas sessões do Plenário da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Vamos permitir num certo momento, porque até dar quórum vou deixar os Deputados falarem. Pedi que V.Exas. não falassem, porque eu teria... Enquanto a Ordem do Dia não chega, darei a palavra a S.Exas., porque não vamos poder votar nada. Depois conversaremos sobre isso.

Sugiro a V.Exa. que faça um *tête-à-tête* com o...

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Vou utilizar o meu 1 minuto, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem V.Exa. a palavra, por 1 minuto.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já utilizo 1 minuto para dirigir uma pergunta ao Relator.

S.Exa. citou naquela tribuna Milton Friedman e o deu como exemplo teórico para aprovação dessa proposta, desse projeto de lei. Milton Friedman foi o formador econômico do Chicago Boys, aqueles que deram sustentação à ditadura de Pinochet, no Chile.

A pergunta que gostaria de fazer ao Relator é: em que lugar do mundo se entregou 100% do controle do sistema aéreo? Porque mesmo no Chile, que surgiu como exemplo no relatório, eles estabeleceram uma política de reciprocidade: só fariam isso se outros países fizessem o mesmo.

Essa proposta que está sendo colocada não existe em lugar nenhum do mundo.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Jorge Solla.

Em seguida, ouviremos o Deputado Arolde de Oliveira.

**O SR. JORGE SOLLÁ** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar o Governador Rui Costa e todos os partidos aliados ao Partido dos Trabalhadores no Estado da Bahia.

Tivemos uma grande convenção sábado passado, a maior convenção política da história do Estado: mais de 30 mil pessoas, no Parque de Exposições, firmaram compromisso com a reeleição do Governador Rui Costa e com a eleição do ex-Presidente Lula. Inclusive, Deputados de partidos que nacionalmente estão aliados com Geraldo Alckmin, na Bahia vão marchar com Lula e apoiar a eleição dele, como é o caso do PP, do PSD, do PR. Eles também firmaram compromisso com a eleição das nossas bancadas de Deputados Estaduais e Federais.

A situação é tão complicada para os Deputados golpistas, que eles estão em debandada, não sabem se vão fazer chapa sozinhos ou separados.

Então, é um salve-se quem puder nas hostes dos partidos golpistas no Estado da Bahia graças à situação confortável do Governador Rui Costa...

*(Desligamento automático do microfone.)*

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Nascimento, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente...

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** - Sr. Presidente, estou na tribuna...

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Deputada Alice Portugal, informo a V.Exa. que já temos dois Deputados na tribuna: o Deputado Arolde de Oliveira, que vai falar por 1 minutos; e o Deputado Chico Alencar, que vai falar por 1 minuto e usará o tempo de Liderança. Em seguida daremos a palavra a V.Exa.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Obrigada.





---

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Tem a palavra o Sr. Deputado Arolde de Oliveira.

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** (PSD-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero comunicar à Casa que, por decisão interna do meu partido, o PSD, eu vou concorrer a uma vaga ao Senado pelo Estado do Rio de Janeiro. Evidentemente, continuarei defendendo as minhas posições: os valores que emanam da Bíblia Sagrada pela família, pela vida, contra o aborto, contra a ideologia de gênero, contra a doutrinação nas escolas.

Esta é a minha posição.

E vou ampliar, naturalmente, a minha luta contra a violência no meu Estado, pela segurança pública, pelo fim das filas nos hospitais e nos postos de saúde e pelo emprego do povo do Estado do Rio de Janeiro.

Oportunamente eu trarei mais itens da minha proposta.

Muito obrigado.

Deus acima de tudo!



---

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Vamos voltar ao Rio de Janeiro.

Tem a palavra o Deputado Chico Alencar, também para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

V.Exa. falará ao povo brasileiro por 4 minutos.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Gilberto Nascimento, por coincidência, o meu partido também me indicou a honrosa tarefa de disputar uma vaga para o Senado da República, contra o Deputado Arolde de Oliveira. As ideias brigam; as pessoas, não.

Eu quero dizer, neste momento em que há chapas encaminhadas, alianças feitas — algumas até parecem o cruzamento de cavalo com vaca, que acaba não dando leite nem puxando carroça; partido golpista apoiando golpeados; golpeados aceitando adesão de golpistas; enfim, uma geleia quase geral na política brasileira —, que o PSOL, que não se acha melhor do que ninguém, que não quer carregar a aura da pureza absoluta, porque isso não existe, pelo menos busca ideologia para viver, projeto de país e alianças programáticas. Assim, nosso partido é o que tem maior número de candidaturas aos Governos Estaduais e chapas bastante robustas às Assembleias Estaduais, à Câmara dos Deputados e ao Senado da República.

Para nós, o povo brasileiro não é esse caldinho cultural dos privilégios portugueses, que, inclusive, é uma conceituação não dos portugueses em geral, mas do tipo de Estado que se implantou aqui, algo que deve ser levado em consideração, o patrimonialismo, o patriarcalismo e o clientelismo. Mas outros conceitos em relação ao nosso povo, o povo da raça Brasil, felizmente cheio de raízes diferenciadas, dizem que a nossa matriz indígena nos dá uma herança de indolência e a nossa raiz africana, muito honrosa e sofrida aqui no território, nos dá a



característica da malandragem, como apontou um candidato a Vice-Presidente da República.

Eu indaguei ao Deputado Bolsonaro, que é seu titular, o capitão que, em tese, está superior ao general nessa chapa, o que ele pensa sobre isso. Ele não quis responder nem está mais no plenário agora.

De qualquer maneira, isso é um rematado absurdo. Algumas teorias racistas do início do século XIX, do Brasil Império, inspiradas, por exemplo, em Gobineau, diziam que era preciso trazer imigrantes europeus para melhorar o Brasil de Dom João VI, melhorar o perfil do povo brasileiro. Esse racismo é abjeto. Ele é totalmente anacrônico, para dizer o mínimo.

Temos que começar a apresentar propostas para o nosso povo, para a nossa sociedade, respeitando esse mesmo povo, valorizando a sua composição; povo que o saudoso Fernando Brant chamava de povo da raça Brasil, que tem a grande proeza de sobreviver ao latifúndio, à concentração da propriedade, à monocultura, à dependência externa, à escravidão, continuada hoje sob tantas formas.

Portanto, queremos repudiar esse tipo de conceito e chamar a população ao debate sobre quem é quem. Olhem a história de vida de cada um que se candidata, porque candidato vem de Cândido, e nem todos são tão cândidos como o nome indica.

Vamos ao debate sobre esse projeto que entrega a aviação brasileira.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Esta Casa anuncia, com muita alegria, a presença do Prefeito da grande cidade de Ribeirão Preto, Duarte Nogueira, sempre Deputado nesta Casa.

Esta Casa sente saudade de V.Exa. Desejo sucesso na sua caminhada. Que Deus o ilumine!



**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Vamos agora à Bahia.

Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Peço que seja acrescido o meu tempo de Líder pelo PCdoB.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - V.Exa. disporá, então, de 4 minutos.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Enquanto a Sra. Deputada Alice Portugal se dirige à tribuna, concedo a palavra à Sra. Deputada Luiza Erundina, do PSOL de São Paulo, por 1 minuto.

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero denunciar e repudiar mais um golpe do Governo ilegítimo do Temer contra a ciência, a pesquisa e, portanto, o futuro do nosso País. Ele agora tomou a decisão de, no Orçamento de 2019, cortar 93 bolsas de estudo e pesquisa da CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o que significa, Sr. Presidente, congelar o conhecimento científico e tecnológico em nosso País. Não satisfeito em cortar recursos da educação básica, da educação secundária e da educação superior, ele agora corta verba dos estudos e das pesquisas que precisam de um tempo mais longo para obter resultados. Sem isso, Sr. Presidente, não se pode assegurar o futuro de nenhuma sociedade.

Portanto, este é mais um golpe de um Governo incompetente, corrupto e ilegítimo, contra o futuro do nosso País.



**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Tem a palavra a Deputada Alice Portugal, também para uma Comunicação de Liderança, pelo PCdoB.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de saudar, desta tribuna, a direção nacional do PCdoB e a sua Presidenta, Deputada Luciana Santos, pela grande iniciativa de construir e por exaurir todas as possibilidades de construção de uma frente ampla de esquerda para o enfrentamento das eleições, que ocorrem exatamente daqui a 60 dias.

Estamos hoje com a nossa querida Manuela d'Ávila, que mostrou desenvoltura, autenticidade, capacidade de diálogo com a juventude, com as mulheres e com o povo brasileiro, na condição de Vice-Presidente na chapa do Presidente Lula, já que sabemos que a tendência é de que a Justiça, lamentavelmente, tenha hoje a venda, que lhe devia cobrir os dois olhos, caída, sem ter neutralidade no processo eleitoral.

Honra-nos representar essa chapa e participar dela. Vamos enfrentar as vicissitudes para ventilar o Brasil novamente com ares democráticos, com a possibilidade da recuperação dos direitos perdidos, com a possibilidade da recuperação dos direitos trabalhistas e na perspectiva de que a democracia volte a se instalar em definitivo em nossa Pátria.

Também quero me referir à Bahia. Hoje é um dia triste em Salvador, porque o Prefeito ACM Neto mandou reprimir violentamente a greve dos professores, uma greve que ocorre há 27 dias. E o Prefeito diz: “Não!” Reajuste zero aos professores!

A possibilidade de uma negociação, pedida por ofício por mim, pela Senadora Lídice da Mata e pelo Deputado Nelson Pellegrino, nem sequer resposta obtive. Os



apelos públicos para haver uma sentada, para haver uma mesa que possa redefinir a forma de tratamento do professorado, nem sequer obtiveram uma resposta. Houve ligações diversas para os assessores dele, e nenhuma resposta.

Hoje pela manhã, a Guarda Municipal, insuflada pela direção da Secretaria de Educação, insuflada pelo ordenamento do Prefeito, que não aceita diálogo, que recuou em ser candidato a Governador do Estado porque perderia a eleição, com muita ira, pela dimensão da derrota que sofre, reprime os professores com gás de pimenta, balas de borracha, repressão física, assédio moral, ação persecutória e cortes de salários. Os salários de julho de natureza alimentar não foram pagos.

Cadê a Justiça? Estamos buscando a devolutiva, a resposta da Justiça, a devolução do salário, que são salários para manter as famílias dos professores.

A greve não foi decretada ilegal porque esta Casa, inclusive, garante que reajustes são anuais para os servidores públicos.

Quero deixar aqui o protesto veemente do PCdoB, o protesto e a solidariedade aos professores, à Vereadora Aladilce, que tem sido guerreira dentro da Câmara Municipal na luta por resposta a essa greve justa dos professores.

Fica a nossa denúncia, fica o nosso apelo de negociação e fica o nosso repúdio à repressão.

#### **PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar minha total solidariedade à greve dos professores e dos servidores municipais de Salvador. O Prefeito ACM Neto demonstra a cada dia que não respeita os servidores, e seu





descaso com educação, saúde e demais serviços fundamentais tem prejudicado milhares de pessoas.

Na manhã de hoje, professores realizavam um ato pacífico, em frente à Secretaria Municipal de Educação, e muitos foram agredidos pela Guarda Municipal da Prefeitura — um ato de covardia. Nossos professores não podem ser criminalizados por estarem buscando seus direitos. A categoria reivindica reajuste salarial de 6,8%, além de outras pautas. A paralisação da categoria já dura 27 dias. E uma greve dos servidores municipais foi iniciada nesta segunda, 6 de agosto, depois de exaustivas reuniões e tentativas de acordos com o Prefeito, que mantém sua proposta de reajuste zero à categoria.

Portanto, quero deixar minha integral solidariedade à luta dos servidores municipais e professores e o meu repúdio à forma arrogante e autoritária como o Prefeito ACM Neto vem tratando as categorias. Nossos servidores e professores precisam ser respeitados!



**O SR. FELIPE MAIA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Deputado Felipe Maia, a Deputada Laura Carneiro já havia solicitado a palavra. Vou ouvi-la, até porque ela tem preferência por ser mulher, e também é do Rio de Janeiro. Depois vamos ao Rio Grande do Norte para ouvirmos V.Exa.

**O SR. FELIPE MAIA** - É justo, Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** (DEM-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, queria primeiro agradecer a V.Exa. a possibilidade de falar.

Queria dar uma boa notícia em tempos de Mourão. O Senado Federal acaba de aprovar um projeto que votamos nesta Casa e que cria toda uma nova legalização na área de estupro, na importunação sexual, contra o crime de ódio, contra todas as possibilidades de vilipêndio da mulher brasileira.

Eu tive a honra de relatar essa matéria nesta Casa, complementar um projeto que era da Senadora Vanessa Grazziotin, e conseguimos hoje a aprovação no Senado.

Esse é um marco efetivo. Depois da Lei Maria da Penha, Sr. Presidente, como disse o Senador Randolfe, esta é a primeira matéria que efetivamente completa todo o ciclo de proteção à mulher brasileira.

Eu tenho muito honra, Sr. Presidente, de ter relatado essa matéria sobre a importunação sexual, de ter construído, ao lado de minhas companheiras da bancada feminina desta Casa, esse projeto, que vai, sem dúvida, defender e proteger do estupro, do vilipêndio e da ofensa a mulher brasileira.

Obrigada a V.Exa.



**A SRA. ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Deputada Eliziane Gama, vou conceder a palavra ao Deputado Felipe Maia, do Rio Grande do Norte, como havíamos dito. Depois do Rio Grande do Norte, passaremos para o Maranhão, que está muito pertinho, e ouviremos V.Exa.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Tem a palavra o Deputado Felipe Maia.

**O SR. FELIPE MAIA** (DEM-RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no apagar das luzes, antes do recesso, exatamente no dia 13 de julho, sexta-feira, o destino fez com que eu estivesse ainda em Brasília no momento em que o porto-ilha de Areia Branca, que fica no Rio Grande do Norte, foi interditado.

O fato de eu estar em Brasília fez com que eu representasse a bancada do Rio Grande do Norte numa reunião importantíssima para que levantássemos a suspensão do porto-ilha, que embarca algo em torno de 80% de todo o sal que sai do Rio Grande do Norte, que representa aproximadamente 90% de todo o sal consumido no Brasil.

Estiveram presentes na reunião o Ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte; o Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Valter Casimiro; o Diretor-Presidente da Cia Docas do Rio Grande do Norte — CODERN, Fernando Dinoá; o Presidente Substituto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, Luciano Evaristo, bem como vários Diretores do IBAMA.

Depois daquela reunião, foi possível mandar uma equipe do IBAMA para fazer uma verificação. E desta verificação houve o compromisso de se assinar um Termo de Ajustamento de Conduta — TAC, em até 30 dias, e a imediata suspensão do embargo daquele equipamento importantíssimo para a economia norte-rio-grandense e, principalmente, para a cadeia salineira do Rio Grande do Norte.



Portanto, eu faço aqui o registro, na nossa volta do recesso, do gesto que o Presidente Substituto do IBAMA, o Ministro do Meio Ambiente e o Ministro dos Transportes tiveram com o Rio Grande do Norte.

Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Concedo agora a palavra à Deputada Eliziane Gama, e depois voltaremos com o Deputado Renato Andrade, de Minas Gerais.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PPS-MA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje, dia 7 de agosto, comemoram-se 12 anos da Lei Maria da Penha, uma importante lei de combate ao feminicídio no Brasil, mas, ao mesmo tempo, temos uma altíssima taxa de feminicídio na nossa sociedade. Doze mulheres são assassinadas por dia, simplesmente porque estão na condição de mulher. Enquanto o Governo não entender que esta deve ser uma pauta prioritária do poder público, vamos contabilizar esses dados.

Houve, recentemente, um caso brutal: Tatiane Spitzner morreu de forma terrível depois de sucessivas agressões cometidas pelo marido. Enquanto a sociedade entender que isso é algo socialmente normal, esse problema não será resolvido. O Estado precisa priorizar esta pauta e entender que toda rede de proteção à mulher no Brasil precisa ser implementada e aprofundada.

É preciso também entender que o orçamento público deve levar em consideração que todo esse ciclo de violência que está acontecendo tem que ser combatido com uma estrutura maior, sobretudo fazendo com que as mulheres sejam atendidas imediatamente após a denúncia nas principais delegacias do País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Do Maranhão, vamos a Minas Gerais, com o Deputado Renato Andrade, que falará não só para o povo de Minas, mas para todo o povo do Brasil.

**O SR. RENATO ANDRADE** (Bloco/PP-MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Nesses dias, estive na cidade de Buritis, no noroeste de Minas, sempre muito bem recebido por toda a população. Mas há uma reclamação unânime em relação à operadora Vivo: o sinal cai todo dia, e há mais de 1 mês eles estão com esse problema. Então, nós estamos protocolando um pedido para melhorar o equipamento e a manutenção, pois é justo que a Vivo atenda àquela população conforme ela merece, conforme o padrão de qualidade que se espera de uma operadora do nível da Vivo para a nossa querida cidade de Buritis e todo o noroeste de Minas Gerais.

É importante ressaltar que os moradores de Taboquinha, de Veredas, do Bairro de Jardins não têm sequer sinal naquela localidade. Isso traz problemas à nossa população.

Quero deixar também um grande abraço a Luan Cordeiro, a Michaelis, a Mário, ao Vice-Prefeito, Rufino, e ao nosso Prefeito de Buritis, o meu amigo Dr. Keny.

Muito obrigado, Sr. Presidente.





**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Agora, de Minas Gerais, vamos a São Paulo com o Deputado Pr. Marco Feliciano.

**O SR. PR. MARCO FELICIANO** (Bloco/PODE-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa., que é um defensor da vida, deve estar acompanhando o que acontece no Supremo Tribunal Federal: a discussão sobre a ADPF da cultura da morte em nosso País. O partido que apresenta essa ADPF é um partido que defende mulheres. Todavia, as mulheres que querem nascer não podem nascer.

Eu acho de tamanha insensatez um debate como esse no Supremo Tribunal Federal, afinal quem legisla não é o Judiciário, mas esta Casa, que tem em si o desejo de manter aquilo que pensa a população brasileira. E a população brasileira pensa na vida desde a concepção. Mais de 80% da sociedade brasileira, como cristã que é, é contra o aborto, seja em que estágio da vida for.

Então, quero deixar este registro aqui e dizer que estamos atentos, acompanhando esse debate. Percebemos que lá dentro do Supremo Tribunal Federal a grande maioria das pessoas que se manifestou nesse debate é a favor do aborto. Parece que há uma tendência, inclusive entre os juízes. E gostaria de saber como esta Casa vai reagir caso eles criem uma jurisprudência, porque infelizmente existe esse tipo de situação em nosso País.

Quando o Parlamento não faz a parte dele, as pessoas tentam levar o assunto para o Supremo e judicializar. Todavia, o assunto do aborto já foi pautado aqui, esta Casa já se manifestou contra, mas, mesmo assim, partidos insistem em judicializar, ou seja, em encontrar uma brecha na lei para poderem votar aquilo que a sociedade brasileira não aceita.

“Não” à cultura da morte! “Não” ao aborto!



Sr. Presidente, deixo aqui estas palavras registradas. Peço a V.Exa. que as façam chegar ao programa *A Voz do Brasil* e que fiquem anotadas nos Anais da Casa.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Tem a palavra o Deputado Herculano Passos, do nosso Estado de São Paulo, exatamente da cidade de Itu, para uma Comunicação de Liderança, pelo MDB.

V.Exa. dispõe do tempo regimental de 8 minutos.

**O SR. HERCULANO PASSOS** (MDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Venho a esta tribuna para falar sobre um tema importante, que é o turismo. Foi lido um relatório pelo Deputado Paulo Azi que diz respeito a matérias importantes para o desenvolvimento e o crescimento do nosso País.

Eu venho da área do turismo, até porque fui Prefeito da cidade de Itu, como dito pelo nosso Presidente — fui Vereador e Prefeito. Itu é uma estância turística no Estado de São Paulo. Lá aprendi que o turismo gera emprego, renda, desenvolvimento e progresso.

Depois, fui Presidente da Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo, que reúne estâncias hidrominerais, climáticas, balneárias e turísticas. E, naquela oportunidade, aprendemos um pouco mais sobre o turismo.

Agora, o Estado de São Paulo criou os Municípios de Interesse Turístico, o que possibilitará a mais de 140 Municípios do Estado de São Paulo ter a representação do turismo. São cidades que têm vocação turística. E o Estado está avançando cada vez mais.

Mas, ao contrário do que vemos na região de Itu — a região turística abrange Ibiúna, Salto, São Roque e Itu — e na região bragantina, onde fiz um imenso trabalho, que contempla Bragança, Atibaia, Socorro, Serra Negra, Lindóia, ou seja,



todo o Circuito das Águas, aqui em Brasília vemos que o nosso turismo está patinando.

Digo isso porque estamos vendo que países como Portugal e Espanha enxergaram o turismo como desenvolvimento, como progresso. E, hoje, Portugal está em situação muito melhor do que há algum tempo, assim como a Espanha. Isso ocorre porque o turismo movimenta a economia, gera emprego.

O que o Brasil quer? O Brasil quer emprego, o Brasil quer renda. O Brasil precisa dar às pessoas oportunidade para trabalhar.

Por isso, quando eu fui eleito Deputado Federal, logo no início, nós criamos a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo. E, dentro dessa Frente Parlamentar, debatemos pautas importantes sobre o turismo nacional.

Nós conseguimos avançar em várias matérias, tanto é que depois eu assumi a Presidência da Comissão de Turismo na Câmara dos Deputados. Passamos pela Copa do Mundo, pelas Olimpíadas.

Os nossos aeroportos estão hoje enormes, e ociosos. Por isso é importante aprovarmos a abertura ao capital estrangeiro, para fortalecer as companhias aéreas, para haver mais investimentos nessas companhias.

Com certeza, com a abertura de até 100% ao capital estrangeiro, que hoje é limitada em 20%, consequentemente virão novos investimentos, virão novas companhias aéreas, melhorando de maneira automática o serviço de transporte aéreo no Brasil. E isso também vai baixar o preço da passagem, que é o mais importante, porque o brasileiro hoje quer conhecer o Brasil.

O SEBRAE fez uma pesquisa, e o maior sonho do brasileiro é conhecer o Brasil. Temos que dar oportunidade para as pessoas realizarem seus sonhos.



Por isso é importante aprovarmos esse texto do nosso Relator.

Dentro desse projeto também vemos que nós estamos regulamentando a Lei Geral do Turismo, com 118 artigos. Um deles é a não cobrança do ECAD para o rádio relógio, para o televisor do apartamento dos hotéis, porque é um absurdo cobrar por um serviço que muitas vezes a pessoa não utiliza. E, quando uma pessoa aluga um quarto de apartamento, ela aluga o quarto, o quarto é dela, não é mais do hotel. Então o ECAD deve ser cobrado do movimento geral, e não do apartamento. Esse artigo já está incluso na Lei Geral do Turismo.

Mas eu queria dizer que, quando o Relator começou com esse projeto, ele incluiu outros projetos no relatório, como o da legalização dos jogos, que depois foi abortado. É muito importante a legalização dos cassinos aqui para se desenvolver o turismo. Eu sou completamente favorável à legalização dos cassinos no Brasil, porque isso gera oportunidade de trabalho e riqueza. Vimos que, quando legalizaram os jogos em Singapura, as grandes convenções mundiais foram para lá. Tiveram que construir mais 40 hotéis. O desenvolvimento foi enorme, aumentou a ida de turistas estrangeiros. E nós estamos aqui com poucos turistas frequentando o nosso País — aproximadamente 6,5 milhões de turistas estrangeiros.

Nós temos que abrir o nosso País, acabar com aquela mentalidade antiga de que jogo é ruim. Joga quem quer. E é necessário que abramos essa oportunidade para que os brasileiros que vão jogar lá fora joguem aqui no Brasil, e que venham turistas estrangeiros jogar e deixar o dinheiro aqui.

Outro projeto importante que estava na pauta e que nós temos que voltar a discutir é o da EMBRATUR. Coitada da Teté Bezerra, que está lá patinando, sem



recursos, sem condições de divulgar o Brasil fora do Brasil! O nosso País é o que menos investe na promoção do turismo internacional. É um absurdo!

E não houve consenso aqui, porque alguns Parlamentares, alguns partidos não concordaram em tirar um pouco de recursos da Caixa Econômica Federal, que está com muito dinheiro, para divulgar o nosso País lá fora. É a falta de visão. Falta perceberem que, promovendo o Brasil, nós vamos trazer muito mais recursos para o comércio, para o desenvolvimento, para o incremento do turismo nacional.

Então nós precisamos prestar muita atenção, porque agora acontecerão as eleições. Temos que eleger um presidente que olhe o turismo como uma política de Estado, e não como um cabide para acomodar um partido. Nós temos que enxergar o turismo como aquilo que gera emprego, renda e desenvolvimento.

Por isso o turismo é o nosso trabalho. Ele gera empregos! Vamos aprovar essa matéria!

Um forte abraço!



---

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Nós temos 381 Deputados na Casa, e apenas 205 presenças registradas no painel. Portanto, eu solicitaria aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que estão na Casa que venham ao plenário registrar a sua presença, para nós darmos início à Ordem do Dia.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Tem a palavra o Deputado Glauber Rocha, do Rio de Janeiro.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Meu nome é Glauber Braga, mas não há problema em me chamar de Glauber Rocha, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - O.k.

Então, vamos lá, Deputado Glauber Braga.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O problema não é me chamar de Rocha, o problema é a matéria que está para ser votada aqui no plenário da Câmara dos Deputados: a entrega do controle do sistema aéreo brasileiro. Eu fico impressionado: alguns Deputados vão à tribuna para defender uma economia liberal. Ocorre que, em nenhum país do mundo, se entrega 100% do controle do sistema aéreo — em nenhum país do mundo!

Nos Estados Unidos, no Canadá e no Reino Unido, eles autorizam a estrangeiros sabem em que percentual? O controle máximo de 25% de suas empresas aéreas. Na Nova Zelândia, há exigência para que se tenha isso só em determinadas rotas. No Chile, tão citado, existe o exemplo do termo de reciprocidade, para que haja concessões mútuas. Aqui, não; aqui querem entregar tudo, a preço de banana.

Querem tirar a possibilidade de que trabalhadores brasileiros negociem com as empresas aéreas melhores rendimentos. Isso é um absurdo.





---

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Esta Presidência solicita mais uma vez aos Srs. Deputados que venham ao plenário.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Tem a palavra o Deputado Beto Mansur, pelo tempo regimental de 13 minutos. *(Pausa.)*

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Sr. Presidente, enquanto o Deputado se dirige à tribuna, eu queria pedir 1 minuto a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga, por mais 1 minuto.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Peço a palavra para repetir este dado: nos Estados Unidos, no Canadá e no Reino Unido, só autorizam estrangeiros a controlar no máximo 25% de suas empresas aéreas. Mas aqui o Governo do Sr. Michel Temer quer entregar até 100% do controle das empresas aéreas.

Esse é um Governo entreguista, um Governo que não pensa nos interesses brasileiros, um Governo que não quer defender trabalhadores brasileiros — o contrário disso. Se pudesse, essa turma prestava continência para a bandeira dos Estados Unidos 24 horas por dia.

Não podemos deixar que essa matéria seja aprovada no plenário da Câmara dos Deputados.



---

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** - Sr. Presidente, V.Exa. pode me dar 1 minuto, antes de o Deputado Beto Mansur falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Tem V.Exa. 1 minuto.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero mais uma vez reiterar a nossa posição contrária ao que se está querendo decidir no Supremo.

O Supremo não pode e não deve legislar. A função de legislar é da Câmara dos Deputados e do Senado da República, ainda mais quando se trata de cláusula pétrea relacionada à vida.

Olhem o que está ali atrás! Olhem o que está sobre a mesa! A Bíblia e o crucifixo. Esta Nação está sob a égide de Deus. Não aceitamos o aborto.

E mais, não aceitamos que S.Exas. do Supremo, que quer autorizar o assassinato de ser humano no ventre, se tornem uma corte de Herodes.

Então, deixo aqui o meu repúdio à tentativa de decidir o que não pode ser decidido. Quem faz lei é o Congresso!

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Nós nos juntamos a V.Exa.



**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Beto Mansur, para uma Comunicação de Liderança, pelo Governo, pelo tempo regimental de 10 minutos.

Depois nós ouviremos o Deputado Chico Lopes. O Deputado Beto Mansur vai falar primeiro.

**O SR. BETO MANSUR** (MDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acho que este momento é importante para nós Parlamentares, quer seja de oposição, quer seja de situação, para aqueles que estão na Casa, para aqueles que estão fora do plenário, mas estão nos gabinetes. Há logicamente a possibilidade de nós fazermos um bom acordo para votar matérias que são extremamente importantes, principalmente na área da educação. Nós temos três projetos nessa área a serem votados.

Nós temos também quatro medidas provisórias muito importantes. Elas são oriundas da paralisação dos caminhoneiros. A primeira medida provisória diz respeito à possibilidade de 30% de tudo o que é transacionado dentro dos armazéns da CONAB serem operados pelos caminhoneiros autônomos. Isso faz parte de acordo.

A segunda medida provisória é sobre a não cobrança pelo terceiro eixo suspenso nos pedágios das estradas, quer sejam estaduais, quer sejam federais, o que também fez parte de acordo.

Quanto às duas outras medidas provisórias, uma é de extrema importância. A Polícia Rodoviária Federal acabou trabalhando, durante o final de semana, para acompanhar a greve dos caminhoneiros. Ela recebeu por isso, mas nós precisamos desta medida provisória para haver respaldo em lei. A outra medida provisória é



sobre a geração de 164 cargos para trabalho no Sistema Único de Segurança Pública, cujo projeto nós aprovamos aqui.

Eu gostaria de fazer um convite aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas para que venham ao plenário da Câmara e marquem a sua presença, para que possamos iniciar esta votação, sobre a qual já temos acordo, e, assim, atender aos anseios da sociedade brasileira, que está de olho em Deputados e Senadores. Ela está acompanhando tudo.

É lógico que a maioria de nós está em campanha eleitoral. Mas aqui estamos presentes, em esforço concentrado, para votar aquilo que interessa a todos nós.

Tenho um segundo ponto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Eu gostaria de passar a todos uma informação que acho extremamente importante. No dia de ontem, uma decisão do Supremo Tribunal Federal, através do Ministro Gilmar Mendes, arquivou o inquérito que começou há 1 ano e pouco.

Quem vive na vida política — e estou na vida pública há mais de 30 anos — sabe muito bem que às vezes tem de enfrentar tudo isso. Nós fomos, de alguma forma, acusados, há 1 ano e pouco, de ter recebido recursos ilegais na campanha de 2014. Essa denúncia foi para as mãos do Ministro Fachin, Relator da Operação Lava-Jato. O Ministro Fachin analisou toda a denúncia e disse que aquilo não tinha nada a ver com a Lava-Jato. Solicitou à Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Supremo, que retirasse esse inquérito das suas mãos e fizesse um novo sorteio. Ela fez um novo sorteio, e a denúncia caiu nas mãos do Ministro Gilmar Mendes.

Eu apresentei todas as provas de que fizemos tudo exatamente dentro da lei. Logicamente, todas as nossas contas foram aprovadas. E o Ministro, finalmente, no dia de ontem, acabou arquivando esse inquérito. Na verdade, o inquérito não



deveria nem ter existido, porque nós trabalhamos com muita seriedade, procurando atender toda a legislação, principalmente a legislação eleitoral.

Eu quero dizer a V.Exas. que muitos companheiros nossos que estão aqui, encontram-se exatamente na mesma situação. Muitos estão com inquéritos no Supremo, durante todo esse período do nosso mandato.

É muito importante que o Supremo Tribunal Federal e a própria Procuradoria-Geral da República agilizem esses processos, principalmente os daqueles que não têm culpa em cartório. O meu caso, por exemplo, que era um caso muito simples, em que não existia absolutamente nada de irregular, levou mais de 1 ano para ser arquivado. No dia de ontem, finalmente foi arquivado.

O terceiro ponto é um comentário que quero fazer, porque vivo no Estado de São Paulo, vivo muito perto da cidade de São Paulo. Eu estou vendo as articulações do PT, que acabou lançando erroneamente, enganando a sociedade brasileira, o ex-Presidente Lula, que está preso e não pode ser candidato a qualquer tipo de cargo público, exatamente porque está incurso na Lei da Ficha Limpa e já foi condenado em segunda instância. Não pode ser candidato a qualquer tipo de cargo público, mas o PT acaba insistindo na sua candidatura.

Esse galo que eles estão tentando cozinhar é um galo duro de ser cozido. Eles vão levar esse galo até o dia 17 de setembro, a data-limite para que o PT troque de candidato. E já estou visualizando que o PT vai trocar de candidato, sim. Vai colocar o ex-Prefeito da cidade de São Paulo Miguel Haddad.

Nós conhecemos muito bem o Haddad, quando foi Prefeito da cidade de São Paulo. Ele está muito menos ao lado do PT e muito mais a cara do PSDB. Eu acompanhei a administração do Haddad. Eu vi as agruras que a população de São



Paulo, principalmente da cidade de São Paulo, acabou sofrendo sob a gestão de Haddad. E o PT quer acabar lançando Haddad como candidato à Presidência da República. Então, os candidatos estão, na verdade, muito bem definidos.

Nós vamos ter, sim, uma candidatura importantíssima para resolver os problemas econômicos do Brasil, e é muito importante que estejamos muito atentos a essas erradas que o próprio PT acaba aplicando na própria sociedade. Eles vêm fazendo discursos, dizendo que Lula deve estar livre, etc., mas, mesmo que Lula não esteja livre — e duvido que Lula queira ficar livre, até porque cancelaram o pedido de *habeas corpus* no Supremo para que ele pudesse tentar ser solto, portanto não quer a liberdade, quer continuar preso —, eles vão continuar segurando essa candidatura, que não tem absolutamente nenhum nexos, não tem nenhum respaldo jurídico. E eles vão tentar enganar a sociedade brasileira com essa candidatura.

Espero, logicamente, que o ex-Presidente Lula permaneça preso, não seja alguém que queira tentar uma candidatura impossível. E no lançamento de um candidato que o substitua, espero que não seja o Haddad, porque, na verdade, o Haddad terminou o seu mandato infelicitando a sociedade paulista dentro do Estado de São Paulo, principalmente dentro dos limites da cidade que ele dirigiu.

*O Sr. Gilberto Nascimento, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. JHC, 3º Secretário.*



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra ao Deputado Chico Lopes, por 1 minuto.

**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou muito preocupado com a questão da privatização da água. Principalmente nós, nordestinos, não temos tanta água com facilidade para o consumo humano. E há os vendedores de água. Só no Brasil existem esses mal-educados e maus políticos que querem vender uma coisa que não é deles, é da natureza. Ninguém transforma água em nada, ninguém cria água: ela vem da natureza e tem de ser administrada por nós, sim, porque é importante para o ser humano, para o ser racional ou não. E agora querem transformar a água em um objeto de venda.

Portanto, manifesto nosso protesto. Vamos criar confusão com esses que querem vender até água. Já venderam a alma, e agora querem vender um bem de uso do povo, seja feio, seja bonito.





---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi, por 1 minuto.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB-RS. Sem revisão do orador.)** - Sras. e Srs. Deputados, solicito que compareçam ao plenário. Está se encaminhando um bom acordo para votarmos as quatro medidas provisórias e os cinco projetos relativos à educação, porque houve consenso entre o Conselho Nacional de Educação e a Comissão de Educação. Vamos encerrar esta noite muito bem com uma homenagem à educação do Brasil.

Então, peço aos Deputados que venham ao plenário. Com o acordo, poderemos ser liberados às 21h30min ou às 22 horas e, amanhã, poderemos ir para as nossas bases.

Portanto, solicito aos Deputados que estão em seus gabinetes que venham ao plenário. Peço aos senhores chefes de gabinete que chamem os Deputados para que aqui compareçam.

Obrigado.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**V - ORDEM DO DIA**

***PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:***



---

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - A lista de presença registra o comparecimento de 252 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

**PROJETO DE LEI Nº 2.724, DE 2015**

**(DO SR. CARLOS EDUARDO CADOCA)**

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.724, de 2015, que modifica o artigo 181 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; tendo parecer da Comissão Especial proferido em Plenário, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste e do PL 7.413/17, apensado, na forma do Substitutivo apresentado. (Relator: Dep. Paulo Azi).*



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Não há requerimento sobre a mesa.

Passa-se à discussão.

Esclareço a todos os colegas presentes que vamos convidar cinco oradores contrários à matéria e cinco oradores a favor da matéria. Não vamos encerrar a discussão e passaremos ao próximo item da pauta.

Convido a Deputada Benedita da Silva para fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço só um esclarecimento. Vai ser feita a discussão do projeto — não a votação, apenas a discussão?

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Isso, apenas a discussão. Perfeitamente, Deputado Orlando Silva.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Obrigado.

**O SR. CHICO ALENCAR** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Pois não, Deputado.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Peço, ainda, uma informação. Do ponto de vista do acordo proclamado aqui, nós estamos com a maior boa vontade, mas não fomos consultados, como acontece — aguardem a nossa bancada mais forte ainda na próxima Legislatura!

Eu indago se o segundo projeto da pauta, em função desse acordo parcial, está mantido. É melhor retirá-lo, então.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Vai ser retirado, Deputado Chico Alencar.

**O SR. CHICO ALENCAR** - Perfeitamente. Então, ficam só os projetos de educação e algumas MPs?

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Perfeitamente, assim como previsto no acordo.



Convido a Deputada Erika Kokay para fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Convido o Deputado Glauber Braga para fazer uso da palavra.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, todos aqueles que estão acompanhando a sessão neste momento, querem porque querem entregar 100% do controle do sistema aéreo brasileiro. Não se contentam em entregar o controle do sistema elétrico, ou melhor, não se contentam em tentar entregar o controle do sistema elétrico — não conseguiram e não conseguirão, Deputado Pedro —; não se contentam em tentar entregar 5 bilhões de barris de petróleo com a votação que se operou no plenário da Câmara dos Deputados; não se contentam em tentar entregar a Casa da Moeda do Brasil.

Lá no Rio de Janeiro, na Zona Oeste, produzem-se as cédulas e as moedas brasileiras, com trabalhadores capacitados, com maquinário de ponta, com a tecnologia necessária, mas querem mandar para outros países a confecção da moeda brasileira.

Agora querem entregar o controle de 100% do sistema aéreo. Eu quero aqui repetir alguns dados. Sabem que país do mundo faz o que está sendo proposto aqui pelo Relator e pelo Governo criminoso do Sr. Michel Temer? Nenhum! Nenhum país do mundo entrega 100% do controle do seu sistema aéreo.

Os Estados Unidos, o Canadá e o Reino Unido autorizam estrangeiros a controlar no máximo 25% das empresas aéreas do país. Aqui não: querem ficar de joelhos, querem entregar 100%.

Este mesmo Governo quis entregar um pedaço da Amazônia brasileira para a mineração canadense. É incrível a cumplicidade da turma do Sr. Alckmin à turma do Sr. Bolsonaro! Eles estão algemados pelo entreguismo. Eles estão colados pelo



entreguismo. A defesa do que é brasileiro não é da conta deles. São dois que prestam continência para a bandeira dos Estados Unidos...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Convido o Deputado Hildo Rocha para fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Convido o Deputado Delegado Edson Moreira. *(Pausa.)*

Convido o Deputado Alberto Fraga. *(Pausa.)*

Convido o Deputado Jorge Solla. *(Pausa.)*

Convido o Deputado Zé Geraldo para fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Convido o Deputado Rocha para fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Convido o Deputado Samuel Moreira para fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Convido o Deputado Luiz Couto para fazer uso da palavra, conforme a folha de inscrição dos oradores contrários à matéria. *(Pausa.)*

Convido o Deputado Domingos Sávio para fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Convido o Deputado Pedro Uczai para fazer uso da palavra.

**O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, nós estamos discutindo soberania, estamos discutindo qual Brasil queremos, estamos discutindo se queremos transformar este País numa nação.

Em primeiro lugar, essa elite do atraso, protagonista do rompimento da democracia, implanta no Brasil uma agenda que legitima e sacraliza um pensamento que se hegemoniza nessa elite brasileira: o de que existem algumas regiões no planeta que são superiores e outras regiões que são inferiores. Hegemoniza-se um pensamento de inferiorização dos países latino-americanos, como o nosso Brasil.



Em contrapartida, trabalha-se uma ideia de que os Estados Unidos e a Europa são superiores, pensamento que permite justificar e legitimar que se entreguem patrimônios estratégicos de um país que poderia ser desenvolvido, autossuficiente, independente, soberano, para as nações que aparentemente se acham superiores.

Foi esse pensamento que fez Florestan Fernandes denunciar que essa elite brasileira, essa burguesia, não foi capaz de fazer a própria revolução burguesa ao longo da história. É o que diz *A Elite do Atraso*, de Jessé Souza. Essa elite se articula com o capital financeiro nacional e internacional, com os interesses das petroleiras, com os interesses dos Estados opressores deste mundo.

Quando colocam que, no Brasil, as empresas aéreas, o setor aéreo, a EMBRAER podem ser internacionalizados, privatizados e entregues ao capital estrangeiro, estão revestidos desse pensamento de inferiorização, da “síndrome de vira-lata”. Essa elite não quer construir um projeto para o País.

Portanto, o que está colocado aqui nesta agenda é a destruição da soberania nacional. Logo ali na frente, a pauta será a entrega das terras dos brasileiros para os estrangeiros. Entregam o pré-sal; vão entregar, quem sabe, se nós não reagirmos, a ELETROBRAS; vão entregando empresa aérea; vão entregando, logo, logo, o solo, o território do nosso País aos estrangeiros.

Vamos reagir! Vamos construir um outro País, que é possível e necessário!





**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Convido o Deputado Paes Landim para falar pela Liderança do bloco do PTB.

**O SR. PAES LANDIM** (Bloco/PTB-PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do meu partido, desejo fazer um apelo ao Sr. Ministro do Planejamento, a fim de que providencie, dentro do seu âmbito de competência, a transformação de dois cargos da estrutura da futura Universidade Federal do Delta do Parnaíba, no meu Estado: exatamente os cargos de reitor e vice-reitor *pro tempore*, que vão se incumbir da instalação da universidade propriamente dita.

O reitor *pro tempore* tem o prazo apenas para definir os estatutos da universidade e preparar a eleição do reitor definitivo. Mas o Ministério do Planejamento, apesar de o Ministério da Educação ser a favor da aplicação imediata da lei, tem criado obstáculos nesse sentido.

Há cerca de 1 mês, procurei o Ministro Eliseu Padilha, que ligou para o Sr. Ministro do Planejamento pedindo uma audiência. Mas eu fui recebido pelo Sr. Secretário Executivo, que me disse que não poderia criar os cargos, pois havia contradição na lei.

Ele dizia que a lei exigia uma prévia autorização orçamentária, que está aqui prevista, e citou exatamente o art. 24:

*Art. 24. O provimento dos cargos e funções previstos nesta Lei é condicionado a expressa autorização em anexo da lei orçamentária anual.*

Mas vejam bem: qual é o objetivo principal da lei? É criar o reitor *pro tempore*, é a nomeação do vice-reitor *pro tempore*, é a simples transformação de dois cargos



já existentes na estrutura do *campus* da Universidade Federal do Piauí, que vai ser a futura Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

Não é justo, Sr. Presidente!

O Presidente da República, Dr. Michel Temer, numa solenidade no Palácio do Planalto, sancionou, na presença de toda a bancada piauiense, do Sr. Ministro da Educação e de vários outros Ministros, a Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018, criando a universidade.

O art. 4º diz o seguinte:

*Art. 4º O campus de Parnaíba da UFPI passa a integrar a UFDPAr.*

*Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo inclui a transferência automática de:*

.....

*III - cargos ocupados e vagos do quadro de pessoal da UFPI, disponibilizados para funcionamento do campus referido no caput deste artigo na data de entrada em vigor desta Lei.*

E, mais adiante, diz com muita propriedade o art. 11:

*Art. 11 Ficam criados, mediante transformação de 2 (dois) cargos CD-3 e de 2 (dois) cargos CD-4 criados pela Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012:*

*I - 1 (um) cargo de reitor da UFDPAr (CD-1);*

*II - 1 (um) cargo de vice-reitor da UFDPAr (CD-2).*



*§ 1º O reitor e o vice-reitor serão nomeados pro tempore, em ato do Ministro de Estado da Educação, até que a UFDPAr seja organizada na forma de seu estatuto.*

Está claro que ela só poderá ser organizada com a nomeação do reitor *pro tempore*, que poderá preparar o funcionamento para o próximo ano.

Então, não pode um artigo da lei entrar em contradição com o espírito da lei. Essa é a lição mais clássica da hermenêutica jurídica, Sr. Presidente.

Nesse sentido, faço um apelo ao Sr. Ministro do Planejamento para que autorize — o Sr. Secretário Executivo mostrou a maior boa vontade com esta lei — a criação desses dois cargos. Eles vão apenas ser transformados a partir da estrutura já existente na atual Universidade Federal do Piauí, que será desmembrada na Universidade do Delta do Parnaíba.

A grande aspiração de Parnaíba, de todo o Piauí e de todo o meio-norte é transformar Parnaíba num grande centro universitário. Vai ser o maior centro universitário do Nordeste brasileiro pela qualidade de vida da cidade e pela tradição escolar de Parnaíba. Pela disposição, deve se transformar realmente num celeiro cultural, sobretudo protetor do Delta do Parnaíba, o único das Américas, que precisa da consciência universitária para protegê-lo e assegurar a sua manutenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Obrigado, Deputado.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Convido o Deputado Luiz Carlos Hauly para fazer uso da palavra.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, senhoras e senhores, quero saber qual empresa aérea é brasileira. Podem responder essa pergunta?

Eu viajo semanalmente a Brasília e moro numa cidade do interior do Estado, Londrina, que é atendida por três empresas aéreas. Lá somos “contemplados”. Em Maringá, Londrina e em todas as cidades do interior, somos castigados, pois temos que pagar 60% ou 70% a mais na tarifa do que pagam S.Exas., os passageiros das capitais, que fazem voo de capital a capital.

Que beleza ver a Oposição, a Esquerda, defendendo o capital nacional! Não sobrou uma empresa com controle de capital — nenhuma! A Avianca é colombiana; a LATAM é chilena; a Azul é americana. É verdade que o Presidente da empresa Azul é um brasileiro americano — seja muito bem-vindo, é uma excelente empresa. Quanto à Gol, só tem 20% do capital a família da área de transporte urbano.

Então, V.Exas. estão defendendo a Gol, com 20%? Que conversa é essa de dizer que se está perdendo capital, que o Brasil está sendo invadido? É a mesma coisa que dizer que existe alguma montadora de veículos nacional, sem considerar aquela do Jeep no Ceará.

Tenham paciência! Nós queremos aviões, linhas! Quem está no Norte, no Centro-Oeste, no interior do Brasil quer linhas. Nós já tivemos boas empresas que atendiam o interior do Brasil, mas foram compradas. Hoje o capital aéreo já é, de fato, internacional. O que nós podemos querer? Que alguma empresa europeia se interesse pelo Brasil e venha fazer voos bons e baratos.



O brasileiro paga a tarifa aérea mais cara do mundo! Quem é contra é a favor da tarifa cara; está defendendo o capital dessas empresas que estão aqui, que não querem concorrência; quer defender o oligopólio.

Já entendi! V.Exas. são oligopolistas!

Vamos abrir essas empresas e fazer com que o Brasil tenha, finalmente, mais aviões, melhores aviões, menores preços. É isso o que nós queremos.

Tenham santa paciência!

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Nós estamos retirando a matéria por acordo, sem encerrar a discussão.

Vamos passar agora para a pauta de educação, que tem alguns requerimentos de urgência.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Requerimento de Urgência nº 8.908, de 2018:

*Senhor Presidente,*

*Requeremos a V.Exa., com base no art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para a apreciação do PL nº 6.137, de 2013, que “Altera o inciso VIII do art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para obrigar a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar e demais autoridades quando atingir o percentual de trinta por cento”.*

*Sala das Sessões, em 19 de junho de 2018.*

*Deputado Federal Danilo Cabral*

*PSB/PE*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE (JHC.)** - Em votação o requerimento.



---

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Aqueles que forem a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO O REQUERIMENTO.





---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Requerimento de urgência nº 8.909, de 2018:

*Senhor Presidente,*

*Requeremos a V.Exa., com base no art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para a apreciação do PL nº 6.852, de 2013, que “Altera os arts. 17 e 20 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE”.*

*Sala das Sessões, em 19 de junho de 2018.*

*Deputado Federal Danilo Cabral*

*PSB/PE*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Em votação o requerimento.



---

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO O REQUERIMENTO.



---

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de saber do que trata esta matéria. Por causa do barulho no plenário, não foi possível saber.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Srs. Deputados, colega Deputado Gilberto Nascimento, a matéria altera os artigos 17 e 20 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE.



---

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Requerimento nº 8.911, de 2018:

*Senhor Presidente:*

*Requeremos a V.Exa., com base no art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para a apreciação do PL nº 1.287, de 2011, que “Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública. Explicação: Revoga o art. 9º e o inciso II do art. 10 da Lei nº 9.424, de 1996”.*

*Sala das sessões, em 19 de junho de 2018.*

*Deputado Federal Danilo Cabral*

*PSB/PE*



---

**O SR. BACELAR** (Bloco/PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Sr. Presidente, eu preciso saber se os projetos de autoria do Deputado Chico Lopes e de minha autoria estão apensados.

A informação que nós temos é que esses projetos não estão apensados, mas a Secretaria-Geral da Mesa informa que estão apensados.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Nós vamos consultar a Secretaria, para passar as informações a V.Exa.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Em votação o Requerimento nº 8.911, de 2018.



---

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Aqueles que forem pela aprovação do requerimento permaneçam como se acham.

APROVADO.





**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Nós estamos retirando de ofício o Requerimento nº 8.913, de 2018, que requer urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 9.165, de 2017, que institui a Política de Inovação Educação Conectada.

**O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - V.Exa. está retirando...

**O SR. CAETANO (PT-BA.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Está retirado, Sr. Presidente? Vai retirar ou não?

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Passaremos a votar os projetos nessa ordem. Nós vamos sobrestar... Nós vamos consultar também a Presidência, mas, por ora, por falta de acordo, nós vamos retirar esses requerimentos.

**O SR. CAETANO** - O.k.

**O SR. CHICO ALENCAR** - O Projeto de Lei nº 9.165, de 2017, é um deles; o subsequente também.

Está correto.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Exatamente.

E o requerimento que se refere ao Projeto de Lei nº 1.270, de 2015, que é o sexto item.

**O SR. CAETANO (PT-BA.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de um esclarecimento. O projeto que trata do ISS dos Municípios vai ser colocado em pauta?

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Nós vamos agora passar para a pauta da educação, Deputado.

**O SR. CAETANO** - Da educação... E o projeto que trata do ISS?



Seria importante constar da pauta o projeto que trata do ISS dos Municípios, que estão perdendo 278 bilhões de reais com a crise econômica.

Seria importante que esse projeto fosse colocado em pauta para que pudéssemos votar de acordo com os anseios dos Municípios brasileiros. Estão aqui presentes o Presidente da UPB — União dos Municípios da Bahia, Eudes Ribeiro, Prefeito de Bom Jesus da Lapa, e vários Prefeitos. Eles vieram solicitar a esta Casa a votação desse projeto, para atender aos anseios dos Municípios.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Deputado Rodrigo de Castro, V.Exa. tem a palavra por 3 minutos.

**O SR. RODRIGO DE CASTRO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, já faz 2 anos e 3 meses que a CPI dos Fundos de Pensão concluiu os trabalhos nesta Casa, pronunciando-se pelo indiciamento de 146 pessoas, entre administradores, empregados das instituições, empresários e auditores externos, além de recomendações à atuação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar — PREVIC.

Apesar de lamentar não ter havido o indiciamento de agentes políticos, a CPI, de qualquer maneira, provocou algum avanço, mas a Comissão também apurou que houve uma desvalorização — pasmem V.Exas. — de R\$ 113 bilhões nos ativos dos quatro principais fundos de pensão públicos no período de 2011 a 2015, durante o desastre do PT. Entre esses, inclui-se a Fundação dos Economiários Federais — FUNCEF, cujo déficit apurado, segundo dados ainda da Comissão, foi da ordem de R\$ 18,1 bilhões.

Transcorrido todo esse tempo, apesar de todo esse escândalo, a conta está sendo paga pelos pensionistas, pelos aposentados. Essa situação é um absurdo! É



uma verdadeira tortura com essas famílias! Esses descontos chegam a 30% dos salários, ou seja, as famílias estão passando por enormes dificuldades financeiras. São dramas sem fim, é dinheiro que falta para o remédio, é carro que tem que ser vendido, são bens que têm que ser alienados. As famílias estão sendo privadas da dignidade de suas vidas. Tudo isso por conta dessa incúria, desse assalto aos fundos de pensão. Sou oriundo de uma família economiária. Meu pai sofre todo mês com esses descontos.

Qual é a saída, Sr. Presidente? A direção das entidades e suas patrocinadoras só veem uma saída: as contribuições extraordinárias dos participantes. Mas há outras, e entre elas está a responsabilização da União, que, por meio de seu mandatário, indicou os dirigentes daqueles fundos de pensão; a responsabilização dos dirigentes das patrocinadoras que os nomearam e dos dirigentes dos próprios fundos que, para não serem ejetados de suas cadeiras, concordaram em aprovar operações fraudulentas ou já reconhecidas pelo mercado como de altíssimo risco e, portanto, desaconselháveis.

Há de se buscar, ainda, a responsabilização da fiscalizadora dos fundos de pensão, a PREVIC, no mínimo, por assistir omissa ao arrombamento dos cofres que deveria vigiar, bem como a responsabilização de auditorias externas, pela sustentação de laudos de avaliação possivelmente tendenciosos ou suspeitos, de projetos inviáveis, ou realizados simplesmente no interesse de credores.

Sirvo-me desta tribuna para levar a minha palavra de solidariedade e apoio às vítimas desse sequestro: os participantes dos fundos, que estão sendo injustiçados e sacrificados. Estou aqui como Deputado Federal para defendê-los.



Peço a união de todos os colegas. Vamos, numa cruzada, exigir justiça. Não é possível que essa situação ainda perdure. Para isso, quero dizer: contem com meu esforço!

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, já faz 2 anos e 3 meses que a CPI dos Fundos de Pensão concluiu os trabalhos nesta Casa, pronunciando-se pelo indiciamento de 146 pessoas, entre administradores, empregados das instituições, empresários e auditores externos, além de recomendações à atuação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar — PREVIC.

Apesar de não ter havido indiciamento de agentes políticos — o que muito se esperava —, a Comissão apresentou um brilhante trabalho, pelo que parablenho, mais uma vez, seus integrantes, em especial o Relator, o Deputado Sérgio Souza, que, em momento algum, se deixou perder no cipoal de normas trazidos a exame nem no esquema tático das apresentações fantasiosas, tecnicamente bem produzidas pelos investigados. Ali, deveriam ser explicadas as razões de sucessivos déficits, e muito do que se viu nas referidas apresentações foi o enaltecimento de resultados, convenientemente fora do período sob análise.

Mas a Comissão soube bem conduzir e discernir, tendo apurado uma desvalorização de R\$ 113 bilhões nos ativos dos quatro principais fundos de pensão públicos, no período de 2011 a 2015. Entre esses, inclui-se a Fundação dos Economiários Federais — FUNCEF, cujo déficit apurado, segundo dados ainda da Comissão, foi da ordem de R\$ 18,1 bilhões.



Transcorrido todo esse tempo, em que pese acharem-se em curso as operações da Polícia Federal e do Ministério Público, ainda não se viu indiciado preso. Ainda não se viu ninguém devolvendo dinheiro aos Fundos. No entanto, os participantes — de quem essa conta absolutamente não é — começaram a ter imediatamente os descontos, a título de taxas extraordinárias, para o equacionamento daquelas dívidas. Descontam-se valores que variam, dependendo do plano de filiação, de 20 a 30% dos salários, aposentadorias e pensões. E isso está programado para acontecer durante, no mínimo, os próximos 17 anos.

Esses descontos estratosféricos estão deixando muitas famílias, antes financeiramente equilibradas, em completa decadência. E a situação é especialmente dramática para os aposentados e pensionistas que não têm mais forças para a busca de nova alternativa de trabalho e, mesmo se tivessem, não teriam oportunidades, em razão do alto índice de desemprego no País, decorrente do mesmo processo de corrupção, que levou o Brasil a forte recessão das atividades produtivas.

Por ser oriundo de uma família economiária, tenho sido procurado por colegas e passei a ter conhecimento e a vivenciar o quão grave é esse quadro. Eles não têm vergonha de expor as dificuldades e a penúria por que passam. Para que possam garantir comida, muitos se veem na contingência de abrir mão do carro, de tirar filhos da escola, de desfazer-se da casa própria, adquirida com esforço e não raro, com comprometimento de renda familiar no pagamento das prestações. É comum o caso de aposentados deixando de comprar os remédios que garantem a sua sobrevivência.



Qual é a saída? A direção das entidades e suas patrocinadoras só veem uma saída: equacionar o fundo, via contribuições extraordinárias dos participantes. Mas há outras, entre elas, a responsabilização da União que, por meio de seu mandatário, indicou os dirigentes daqueles fundos de pensão; a responsabilização dos dirigentes das patrocinadoras que os nomearam e dos dirigentes dos próprios fundos que, para não serem ejetados de suas cadeiras, concordaram em aprovar operações fraudulentas, ou já reconhecidas pelo mercado como de altíssimo risco, como é o caso da aquisição de cotas de Fundos de Investimentos em Participações — FIPs.

Há de se buscar, ainda, a responsabilização da fiscalizadora dos Fundos de Pensão, a PREVIC, no mínimo, por assistir omissa ao arrombamento dos cofres que deveria vigiar, bem como a responsabilização de auditorias externas, pela sustentação de laudos de avaliação possivelmente tendenciosos ou suspeitos, de projetos inviáveis, ou realizados simplesmente no interesse de credores.

Sirvo-me desta tribuna para levar a minha palavra de solidariedade e apoio às vítimas desse sequestro, os participantes dos fundos, e chamá-los à união e vigilância. Levem esse sequestro aos tribunais da Justiça. E lembrem-se de que setembro está próximo. É mês de dissídio coletivo dos bancários. Não esperem por ninguém. Tenham certeza: a administração da FUNCEF não fará nada que contrarie a patrocinadora. E esta não tem interesse outro, senão o de reduzir os direitos do pós-emprego, com vista a processo de privatização que, silenciosamente, se arquiteta dentro da própria empresa. Vocês, economiários, é que serão os protagonistas de sua própria história na saga de não aceitar essa conta que já está



sendo debitada de vocês, descontada na fonte, de seus contracheques, sem que tenham direito sequer de dizer se vai faltar dinheiro para a comida em suas mesas.

Coloco-me à disposição de vocês para o que de, de minha parte, aqui na Câmara dos Deputados, se fizer necessário. Contem comigo!

Tenho dito.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Convido os colegas que queiram se manifestar acerca dos requerimentos aprovados a fazer sua inscrição aqui na mesa.

Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Caetano.

**O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, neste domingo, eu participei de uma reunião na cidade de Antônio Cardoso, na Bahia, com o Prefeito Toinho, com a ex-Prefeita Gel, com os Vereadores Ozeias Santos, Del de Tocos, Marcos da Cabana, Neide de Maru, Parido e Teteco. Nós nos encontramos com várias lideranças da comunidade, que reivindicaram que a Viabahia, o consórcio responsável pela BR-116, resolva imediatamente os problemas daquela rodovia. Estão ocorrendo muitos acidentes na região de Antônio Cardoso e Santo Estevão, principalmente em Antônio Cardoso, onde seis vidas de uma mesma família foram ceifadas na semana passada, Sr. Presidente, deixando a cidade toda em luto. A situação é muito complicada, pois a todo instante têm ocorrido acidentes.

Há pedidos do Prefeito Toinho, de toda a comunidade, dos Vereadores que citei agora, de diversas lideranças e da população para que a Viabahia realmente resolva esse problema, reiniciando as obras da BR-116, principalmente naquele trecho.



Peço uma audiência com os representantes da Viabahia para que busquemos uma solução imediata e peço também o apoio desta Casa.

Deixo o registro de nossa solidariedade à população, dos nossos pêsames às famílias enlutadas e, acima de tudo, do nosso apoio à Prefeitura do Município de Antônio Cardoso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra, por 1 minuto, à Deputada Maria do Rosário.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, eu quero pedir a atenção da Casa para uma matéria que o Presidente da Comissão de Educação, o Deputado Danilo Cabral, trabalhou para colocar na pauta. Trata-se do respeito à diversidade religiosa nas escolas.

Sras. e Srs. Deputados, está em tramitação desde 2003 — há 15 anos — um projeto de lei com parecer favorável, já tendo sido inclusive aprovado no Senado Federal, que garante aos adventistas do sétimo dia, àqueles de origem judaica e a todos aqueles que são de religiosidades que guardam o sábado o direito de trocar esse dia, no caso de realização de provas, e de não mais serem constrangidos, um a um, a ter que conversar com as direções das escolas e universidades a respeito disso.

Esse projeto de lei, que atende à comunidade adventista brasileira, é de autoria do Deputado Rubens Otoni. Fui a Relatora na Comissão de Educação, onde o projeto foi aprovado por unanimidade. Mas soube agora que o Governo tem uma opinião contrária a esse direito dos adventistas. Eu não posso acreditar nisso!





Peço ao Ministério da Educação, aos representantes do Governo neste plenário e aos colegas Deputados e Deputadas de todas as bancadas que venham a aprovar esse projeto que cria o direito das pessoas que guardam o sábado a terem liberdade religiosa nas escolas.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay e, após, aos Deputados Afonso Hamm e Nelson Pellegrino.

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)** - Hoje nós estamos comemorando 12 anos da Lei Maria da Penha, considerada uma das melhores legislações de todo o mundo para impedir que haja violência contra as mulheres. Essa é uma lei que foi construída durante o Governo Lula, com muito debate com a sociedade civil.

Eu diria que essa lei é fundamental, porque a violência doméstica se equivale a uma tortura. Milhões de mulheres não querem voltar para casa todos os dias, porque ali serão arrancadas delas mesmas e se verão esvaziadas da sua própria condição humana, transformando-se em espelhos do desejo do outro. Portanto, a Lei Maria da Penha, que tipifica tantas formas de violência, precisa de equipamentos públicos nesse sentido.

Deputado JHC, Presidente desta sessão, lembro que no Distrito Federal houve três feminicídios nos últimos dias. Neste semestre, houve aumento de 40% no número de feminicídios em relação a todo o ano anterior no Distrito Federal. Se contarmos as mulheres que morreram porque são mulheres, com os punhais e as balas do sexismo, do machismo e da misoginia neste País, vamos considerar que no Distrito Federal, apenas neste semestre, já foi superado o número de feminicídios do ano passado inteiro.



Jéssicas, Janaínas são mortas porque lutam por sua liberdade, para que possam ser sujeitos da sua própria vida, donas de seus corpos e da sua própria fala.

Por isso, viva a Lei Maria da Penha neste País!

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço à Deputada Erika Kokay.

Tem a palavra o Deputado Afonso Hamm e, logo após, o Deputado Nelson Pellegrino.

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer o uso da palavra na tribuna para trazer uma informação ao Brasil inteiro e ao meu Estado do Rio Grande do Sul.

O Projeto de Lei nº 2.086, de 2011, trata de uma questão preocupante: a proibição de provas de laço em rodeios. Eu queria informar que a relatoria na Comissão do Esporte está sob a nossa responsabilidade. Eu já relatei esse projeto na Comissão de Agricultura, e lá o rejeitamos.

E agora, depois de ter passado pela Comissão de Meio Ambiente, pretendemos aprofundar o debate com quem organiza os rodeios, porque todo tipo de rodeio e prática em que há atividade equestre é uma atividade importante do ponto de vista da economia, da cultura e das tradições.

Por isso, precisamos aprovar o nosso relatório. Haverá audiências públicas nas cinco regiões do Brasil, inclusive aqui em Brasília, mas esse debate será feito após as eleições.

Como Relator, tenho a responsabilidade, neste momento, de promover um debate franco, para que possamos garantir as provas de laço, os rodeios e o bem-estar animal.

Eram essas as considerações e a comunicação que eu queria fazer.



Peço ainda que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Tem a palavra o Deputado Nelson Pellegrino.

Em seguida, passarei a palavra para V.Exa., Deputada.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo dia 15, o PT, o PCdoB e as forças progressistas registrarão, no Tribunal Superior Eleitoral, a candidatura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que terá Fernando Haddad como Vice-Presidente.

Realizamos uma convenção vitoriosa. O Presidente Lula voltará a governar o Brasil e tirá-lo desta grave crise econômica, política, social e institucional em que se encontra. O Presidente Lula lidera todas as pesquisas, com vitória no primeiro turno.

Na Bahia, no último sábado, também realizamos a convenção das forças progressistas, que confirmou a candidatura do Governador Rui Costa à reeleição, a de João Leão a Vice-Governador, a de Jaques Wagner para o Senado e a de Angelo Coronel para outra chapa.

Por último, eu queria registrar aqui, Sr. Presidente, uma preocupação com os servidores municipais de Salvador, os professores da rede municipal, que já estão há 27 dias em greve. Ontem, uma assembleia confirmou a greve. Contando os dias de paralização, os servidores já somam um tempo superior a isso, e houve corte de salários. Ontem, os servidores foram duramente reprimidos pela guarda municipal num episódio lamentável.



Fizemos contato e sinalizamos para o Prefeito ACM Neto que estávamos dispostos a fazer uma comissão suprapartidária, para tentar uma intermediação em relação a essa greve. Infelizmente, não tivemos resposta até o presente momento.

Portanto, quero fazer um apelo — conversamos com o Ministério Público do Estado para também ajudar nessa tarefa — ao Prefeito ACM Neto para que se sente para negociar com os servidores, com os professores da rede municipal. Estamos à disposição para construir uma solução, para encerrar o movimento e para podermos atender às reivindicações dos servidores.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra à Deputada Benedita da Silva.

Depois, falará o Deputado Bohn Gass e, em seguida, passaremos à discussão.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, eu quero registrar que protocolei hoje, na Comissão de Direitos Humanos desta Casa, o relatório da Comissão Popular da Verdade do Rio de Janeiro, que trata da intervenção militar no meu Estado.

A Comissão Popular da Verdade foi criada a partir de uma iniciativa da Frente Brasil Popular e também teve a adesão de vários coletivos, tais como associações de moradores, a Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro — FAFERJ, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST, a Central Única dos Trabalhadores — CUT, a Justiça Global, a Marcha de Mulheres e muitos outros coletivos, mandatos parlamentares e partidos políticos.

Eu faço este registro, Sr. Presidente, porque esse relatório apresenta vários dados, números, notificações e operações assustadoras, que mantêm a população



num cotidiano de medo, sem o direito mais básico de ir e vir. E a intervenção não tem apresentado melhoras nos indicadores de segurança pública.

Por fim, esperamos a adoção de uma política de segurança que assegure os direitos legítimos de todos, especialmente dos moradores das favelas do meu Estado do Rio de Janeiro. Foi nessa situação que um grupo de extermínio assassinou a nossa Vereadora Marielle.

Obrigada, Sr. Presidente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que protocolei, na Comissão de Direitos Humanos desta Casa, o relatório da Comissão Popular da Verdade do Estado do Rio de Janeiro, que trata da intervenção militar.

A Comissão Popular da Verdade — CPV foi criada a partir de uma iniciativa da Frente Brasil Popular e teve a adesão de vários coletivos, tais como associações de moradores, FAFERJ, MST, CUT, Justiça Global, Marcha de Mulheres e muitos outros coletivos, mandatos parlamentares e vários partidos políticos. A Comissão tem o objetivo de acompanhar denúncias das violações de direitos humanos decorrentes das operações policiais, nas favelas e periferias fluminenses, durante o período de intervenção. A Comissão entende que monitorar essa política não é legitimá-la, mas assumir, enquanto sociedade civil, a responsabilidade de denunciar a inefetividade da intervenção e seus terríveis efeitos, especialmente para a população moradora de favelas, que vive a militarização no seu cotidiano, e de lidar com perdas e mortes, como a do adolescente Marcos Vinicius da Silva de 14 anos, morto no Complexo da Maré enquanto se encaminhava para a escola.



Esse relatório observou com desconfiança a prática e os números da intervenção, uma realidade de poucas ações de inteligência que tenham se mostrado minimamente efetivas em alcançar os objetivos propostos. E, nesse processo, grupos de extermínio se sentiram à vontade para assassinar a Vereadora Marielle Franco. Esse relatório apresenta vários dados, números, notificações, operações, etc., que são assustadores, pois mantém a população num cotidiano de medo, sem o direito mais básico de ir e vir. A intervenção não tem apresentado melhoras nos indicadores de segurança pública. Por fim esperamos a adoção de uma política de segurança que assegure os direitos legítimos de todos e, especialmente, dos moradores das favelas do meu Rio de Janeiro.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Passo a palavra para o Deputado Bohn Gass.

Já convido o Deputado Carlos Zarattini para falar pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado JHC, eu queria fazer o registro aqui de que hoje as lideranças da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, das Federações da Agricultura Familiar e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais estiveram aqui, durante todo o dia — e continuarão amanhã —, fundamentalmente com uma pauta para que esta Câmara e este Congresso reprovem aquilo que Temer fez de cruel contra a agricultura do País.

A Medida Provisória nº 842, de 2018, renegociou, através da Lei nº 13.340, de 2016, as dívidas do reescalonamento para o agricultor poder continuar a produzir e investir. Temer editou uma medida provisória, a MP 842/18, que destrói aquilo que



nós tínhamos votado, ou seja, a possibilidade do agricultor reescalonar e renegociar a sua dívida.

Então, nós temos que acabar com a MP 842, que prejudica os nossos agricultores.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra ao Deputado Alceu Moreira, por 1 minuto.

**O SR. ALCEU MOREIRA (MDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a Lei Maria da Penha completa 12 anos. Nós nos preocupamos e aprovamos, durante este ano, uma lei que estabelece a tipificação do crime de descumprimento das medidas protetivas.

A lei deveria ter eficácia. O juiz determinava medidas protetivas, e o descumprimento delas não tinha pena. Nós estabelecemos a pena de 3 meses a 2 anos de detenção, caso o agressor descumpra as medidas protetivas. Dar eficácia à lei melhora muito, dá respeito às mulheres e, principalmente, deixa o agressor contumaz numa certeza de que será punido na forma da lei. Em caso de reincidência, ficará preso pelo tempo que merece por essa agressão gratuita às mulheres.

Parabéns à Lei Maria da Penha! Estou muito feliz por ter contribuído para que a eficácia dessa lei tenha mais profundidade e ela seja cumprida.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Com a palavra o Deputado Otavio Leite, por 1 minuto.

**O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, há pouco foi lido o texto do relatório que prevê uma alteração substantiva para melhor na Lei Geral do Turismo. Aliás, foi uma regra que eu



---

trabalhei muito no mantado anterior para que entrasse em vigor, mas o direito tem que estar sempre procurando atualizar-se e modernizar-se.

Um ponto eu queria destacar já como uma vitória, o que consiste na definição, na tipificação dos *hostels* na modalidade meio de hospedagem. Os *hostels* hoje em dia são uma realidade. São centenas e centenas no Brasil, empregam trabalhadores e consistem em um setor específico para uma demanda turística específica. Para o Rio de Janeiro e várias outras praças turísticas, são fundamentais.

Portanto, a definição tecnicamente abalizada do que vem a ser o meio de hospedagem que possa ter um abrigo coletivo, como é o *hostel*, é fundamental para fomentarmos e desenvolvermos cada vez mais o turismo no Brasil, captando turistas internacionais e fomentando o mercado doméstico.

Então, eu queria cumprimentar a RioHost por essa vitória.





**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos sabem aqui que nós realizamos, no último sábado, nossa convenção nacional, quando o Partido dos Trabalhadores indicou a candidatura do Presidente Lula novamente à Presidência do Governo Federal e a do companheiro Fernando Haddad à Vice-Presidência.

Quero dizer a todos aqui que essa é uma decisão da maior importância, uma decisão de enfrentamento dessa questão fundamental que nós estamos vivendo hoje, que é a crise econômica, política e social deste País.

Se nós não vivêssemos essa situação, talvez não fosse necessário enfrentá-la com o Presidente Lula neste momento. Mas a situação do País é de completa desorganização, de caos, de desesperança do povo brasileiro, um povo que, todos os dias, procura superar as dificuldades. Todos os dias, aqueles que estão desempregados saem de casa em busca de um emprego, para levar à sua casa as condições mínimas de sobrevivência: o recurso para alimentação, o recurso para comprar gás, o recurso para sobreviver. Isso não está sendo permitido mais ao nosso povo brasileiro.

É por isso que o Presidente Lula, mesmo preso, resolve enfrentar o grande desafio de vencer estas eleições, de garantir ao povo brasileiro a esperança de ter dias melhores, a esperança de voltar a ser feliz. É por isso que nós constituímos também uma grande frente popular, uma frente daqueles que se opuseram a esse golpe.



Nessa frente, nós temos a presença do PCdoB, que tinha a candidatura da ex-Deputada Federal Manuela, brilhante e corajosa companheira, que agora se compõe conosco nessa nova chapa. Temos a participação do PROS, do PCO, partidos que também vêm enfrentando essa situação. Também temos uma aliança — ainda que não formalizada, mas muito importante — com o Partido Socialista Brasileiro, o que vai garantir uma convivência, uma aliança, em 11 Estados do nosso País, principalmente no Nordeste.

Temos certeza de que essa frente é capaz de constituir um grande movimento nestes próximos 60 dias que faltam até a eleição. Nesse período, nós vamos enfrentar o debate contra aqueles que levaram este País ao buraco, contra aqueles que sustentam o Governo Temer e que hoje se unificaram em torno da candidatura de Geraldo Alckmin.

Geraldo Alckmin é a continuação deste Governo que afundou o Brasil, é querer insistir em políticas que levaram ao desemprego, como a reforma trabalhista. Diziam que a reforma iria recuperar o emprego, mas, ao contrário, está levando os trabalhadores a serem terceirizados, a terem reduzidos seus salários, porque já não existe mais hora extra. Os trabalhadores estão perdendo os seus direitos.

Nós dizemos em alto e bom som que vamos ganhar a eleição e propor a revogação pura e simples dessa reforma trabalhista, para que possamos reorganizar o mercado de trabalho e garantir ao trabalhador os seus direitos, a sua carteira de trabalho, a sua condição de sobrevivência.

Vamos também lutar contra este Governo e este candidato, que defenderam aqui a entrega do pré-sal às multinacionais. Na semana passada, a PETROBRAS mal divulgou, mas descobriu um campo de petróleo ainda maior do que os mais



produtivos que nós temos: o campo de Sururu. Ela esconde isso. O Governo esconde essa descoberta da PETROBRAS, porque quer entregar o novo campo para os interesses internacionais.

Este Governo só se preocupa em privatizar. Vem tentando e vem privatizando áreas importantes da PETROBRAS e da ELETROBRAS. Quer vender as nossas principais usinas. Este Governo privatista não pode continuar saqueando o Brasil. Temos que reestabelecer a soberania nacional.

E temos que reestabelecer os direitos dos trabalhadores. Não queremos fazer uma reforma da Previdência para retirar direitos dos trabalhadores e dos aposentados. Nós precisamos, isto sim, fortalecer a Previdência Social, para que os aposentados e aqueles que estão trabalhando consigam ter uma aposentadoria digna para sobreviver na sua velhice com condições e qualidade de vida. É isso que nós precisamos propor ao povo brasileiro.

E um país como o Brasil, com as suas riquezas naturais, tem condições de oferecer isso ao seu povo, tem condições de unificar o seu povo, tem condições de desenvolver tecnologias, tem condições de melhorar a saúde e a educação. Isso nós temos, sim, condições de fazer.

Hoje, nós estamos comemorando 12 anos da Lei Maria da Penha, que, depois de votada e aprovada, foi sancionada pelo Presidente Lula. Com ela, conseguiu-se reduzir as agressões e os assassinatos de mulheres. Mas nós precisamos avançar ainda mais na convivência do nosso povo. E, para isso, precisamos de um governo que não dissemine, em meio ao povo, o ódio, a violência e o mau comportamento, um governo que estimule a solidariedade, a amizade e a convivência pacífica entre todos, um governo que combata as organizações



criminosas, a violência e a criminalidade, um governo que garanta ao povo condições de uma vida pacífica. É disso que nós precisamos.

E é isso que a nossa frente, encabeçada pelo Presidente Lula, vai propor ao País. É o que vamos dizer nos próximos 60 dias: o Brasil tem condições de voltar a ser feliz, de sair dessa depressão, de tirar o pé da lama, de efetivamente se colocar, em nível internacional, como um país que ajuda o mundo inteiro a viver de forma melhor.

Nós mostramos que isso é possível durante os Governos de Lula e de Dilma. Nós exercemos uma posição importante no cenário mundial, hoje completamente abandonado por este Governo.

Mas eu tenho certeza de que, no segundo turno, unindo-nos a outros candidatos, como Ciro Gomes, Marina Silva e Guilherme Boulos, constituiremos efetivamente um governo que recomponha o País, que traga de volta ao coração do povo brasileiro a esperança de construir um Brasil melhor, a esperança de que nossos filhos e netos vivam melhor. Sem dúvida nenhuma, faremos do Brasil um grande país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem a palavra o Deputado Givaldo Vieira. Logo após, passaremos para a discussão.

**O SR. GIVALDO VIEIRA** (PCdoB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste mês, comemoramos os 12 anos da Lei Maria da Penha, que, sem sombra de dúvidas, é uma grande conquista na luta contra a violência à mulher.

Infelizmente, nem esta lei tão dura, que tem sido discutida e buscada pelo movimento das mulheres, tem sido suficiente para impedir o crescimento da violência contra a mulher. O Brasil é o quarto País no mundo no *ranking* de casos de violência contra a mulher. Lamentavelmente, o meu Espírito Santo marca também negativamente esse cenário: nós somos o segundo Estado em mortes de mulheres jovens negras.

Ontem realizei um seminário com a Comissão de Direitos Humanos da Casa, justamente debatendo essa questão e fortalecendo a Lei Maria da Penha.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste mês a Lei Maria da Penha completa 12 anos, mas os índices de violência ainda assustam. O Brasil é o quarto país no *ranking* da violência contra mulher. A cada 7 segundos uma brasileira é vítima de violência física, segundo a pesquisa *Relógios da Violência*, do Instituto Maria da Penha. O Espírito Santo é o segundo Estado do País em assassinatos de mulheres jovens negras.



---

São cotidianos, infelizmente, os casos de feminicídio no País, como os dois que ocorreram aqui no Distrito Federal nesta semana, o da advogada Tatiane, no Paraná, e tantos outros que ocorrem todos os dias.

Em 2015 o Congresso aprovou o projeto de lei que classifica o feminicídio como crime hediondo, incluindo-o no rol do homicídio qualificado. O Deputado Federal Givaldo Vieira se posicionou favoravelmente à pauta, pois entende que o rigor da lei deve pesar sobre os agressores. Givaldo defende as mulheres e seus direitos e repudia qualquer forma de violência e discriminação.



---

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Sobre a mesa matéria com o seguinte teor:

**PROJETO DE LEI Nº 1.287, DE 2011**

**(DO PODER EXECUTIVO)**

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.287, de 2011, que estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública, pendente de parecer das Comissões de Seguridade Social e Família; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Tendo apensados os Projetos de Lei nºs 1.377, de 2011; 1.857, de 2011; 1.882, de 2011; 2.826, de 2011; 6.409, de 2013; 6.529, de 2013; 7.268, de 2014; 7.813, de 2014; 8.055, de 2014; 821, de 2015; 1.696, de 2015; 2.382, de 2015; 8.268, de 2017; 8.369, de 2017; e 10.274, de 2018.*



**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Para oferecer parecer ao projeto, pelas Comissões de Seguridade Social e Família; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, concedo a palavra ao Deputado Fábio Trad.

**O SR. FÁBIO TRAD** (PSD-MS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de iniciar a leitura do parecer, faço questão de registrar publicamente minhas homenagens à autora do projeto, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, cuja história em defesa da educação brasileira se confunde com sua própria biografia política.

Parabéns, Deputada Professora Dorinha, pela pertinência da proposição apresentada, pela excelência da abordagem. O Brasil agradece a V.Exa.

Sr. Presidente, pergunto se posso ir direto ao voto. *(Pausa.)*

“O projeto de lei principal tem como objetivo estabelecer um marco regulatório para a devida valorização dos profissionais da educação escolar básica, conforme prevê o inciso V do art. 206 da Constituição Federal, que elenca como um dos princípios de base do ensino nacional a valorização dos profissionais da educação escolar, garantindo — na forma da lei — planos de carreira, com ingresso, via concurso público de provas e títulos, àqueles das redes públicas.

Segundo a definição da proposta, os profissionais da educação escolar básica pública são aqueles que, detentores da formação exigida em lei, exercem a função de docência ou de suporte pedagógico à docência, ou seja, direção e administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacionais, ou ainda, as funções de suporte técnico e administrativo que requeiram formação técnica ou superior em área pedagógica ou semelhante.





Ainda no que tange à valorização dos profissionais, a proposição prevê que essa valorização contemplará: planos de carreira que estimulem o desempenho e o desenvolvimento profissionais em benefício da qualidade da educação escolar; formação continuada que promova a atualização desses profissionais; e condições de trabalho que favoreçam o sucesso do processo educativo, assegurando, inclusive, o respeito à dignidade profissional e pessoal dos educadores.

O projeto de lei estabelece várias diretrizes que servirão de base para os planos de carreira dos profissionais da educação escolar básica pública, entre as quais se destacam: o ingresso na carreira via concurso público; a organização da carreira considerando a possibilidade de progressão funcional periódica, de modo que se estimule o desenvolvimento profissional; a inclusão de requisitos para a progressão na carreira, tais como assiduidade, experiência profissional, avaliação de desempenho, atualização em cursos, entre outros; o piso remuneratório, que deve ser definido e atualizado em conformidade com os termos constitucionais, assegurando um valor que atraia bons profissionais e progressão — com demais vantagens — que estimule a permanência destes; a jornada semanal de até 40 horas; férias anuais de 45 dias para os profissionais em regência de classe e de 30 dias para os demais profissionais.

Ainda na proposição estão elencadas as medidas importantes a serem tomadas para a devida formação continuada e para a atualização dos profissionais. De igual modo, estão previstas as regras referentes às condições de trabalho, regras essas que são indispensáveis para o êxito do trabalho pedagógico, tais como: adequado número de alunos por turma, número de turmas compatível com a jornada



desempenhada, recursos didáticos indispensáveis ao trabalho, salubridade do ambiente físico, segurança e transporte aos profissionais.

Da mesma forma, cumpre destacar que são altamente meritórios todos os projetos de lei apensados, tendo em vista que possuem objetivos muito semelhantes à iniciativa principal, portanto muito oportunas, estando contemplados no substitutivo em anexo apresentado, que contempla assim as principais questões de interesse dos profissionais, oferecendo, em contrapartida, aos gestores e órgãos responsáveis, mais segurança jurídica na aplicação da norma.

Com base em todo o exposto, pela Comissão de Seguridade Social e Família, voto pela aprovação do PL 1.287, de 2011, e dos seus apensados PL 1.377, de 2011, PL 1.857, de 2011, PL 1.882, de 2011, PL 2.826, de 2011, PL 6.409, de 2013, PL 6.529, de 2013, PL 7.268, de 2014, PL 7.813, de 2014, PL 8.055, de 2014, PL 821, de 2015, PL 1.696, de 2015, PL 2.382, de 2015, PL 8.268, de 2017, PL 8.369, de 2017, e PL 10.274, de 2018, na forma do substitutivo anexo.

Pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), voto pela aprovação do PL 1.287, de 2011, e dos seus apensados, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família.

Pela Comissão de Educação (CE), voto pela aprovação do PL 1.287, de 2011, e dos seus apensados, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família.

Pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT), voto pela adequação financeira e orçamentária do PL 1.287, de 2011, e dos seus apensados, bem como do substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família, não cabendo pronunciamento quanto à sua adequação.



Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), voto pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL 1.287, de 2011, e dos seus apensados, bem como do substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família.”

Faço, agora, a leitura do substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.287, de 2011, e apensados, todos numerados, que estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública:

*O Congresso Nacional decreta:*

*Art. 1º A implementação do princípio de valorização dos profissionais da educação escolar, inscrito no art. 226, V, da Constituição Federal, no que se refere àqueles das redes públicas de educação básica, obedecerá às diretrizes fixadas na presente Lei.*

*Art. 2º Profissionais da educação escolar básica pública são aqueles que, detentores da formação requerida em lei, exercem a função de docência ou as funções de suporte pedagógico à docência, isto é, direção e administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacionais; ou ainda as funções de suporte técnico e administrativo que requeiram formação técnica ou superior em área pedagógica ou afim.*

*Art. 3º. A valorização dos profissionais da educação escolar básica pública contemplará:*



*I - planos de carreira que estimulem o desempenho e o desenvolvimento profissionais em benefício da qualidade da educação escolar;*

*II - formação continuada que promova a permanente atualização dos profissionais;*

*III - condições de trabalho que favoreçam o sucesso do processo educativo, assegurando o respeito à dignidade profissional e pessoal dos educadores.*

*Art. 4º Os planos de carreira dos profissionais da educação escolar básica pública contemplarão as seguinte diretrizes:*

*I - ingresso na carreira exclusivamente por concurso de provas e títulos, que aferirá o preparo dos candidatos com relação a conhecimentos pedagógicos gerais e a conhecimentos da área específica de atuação profissional, sempre considerada a garantia da qualidade da ação educativa;*

*II - organização da carreira que considere:*

*a) a possibilidade efetiva de progressão funcional periódica ao longo do tempo de serviço ativo do profissional;*

*b) requisitos para progressão que estimulem o permanente desenvolvimento profissional;*



*c) interstício, em cada patamar da carreira, suficiente para o cumprimento de requisitos de qualidade de exercício profissional para progressão;*

*III - inclusão, dentre os requisitos para progressão na carreira, dos seguintes:*

*a) titulação;*

*b) atualização permanente em cursos e atividades de formação continuada;*

*c) avaliação de desempenho profissional;*

*d) experiência profissional;*

*e) assiduidade;*

*IV - incentivos à dedicação exclusiva à mesma rede de ensino, preferencialmente à mesma escola;*

*V - incentivos que contemplem a relação entre o desempenho profissional e o rendimento escolar dos estudantes, estimulando a elevação dos níveis de aprendizagem nas escolas;*

*VI - piso remuneratório da carreira definido e atualizado em conformidade com o piso salarial profissional nacional estabelecido em lei federal, nos termos do art. 206, VIII, da Constituição Federal;*

*VII - fixação dos valores de piso e teto de remuneração na carreira de modo a assegurar:*



*a) um valor de piso que atraia bons profissionais para a carreira;*

*b) uma progressão estimulante, sob o ponto de vista pecuniário, a cada patamar da carreira;*

*VIII - composição da remuneração que assegure a prevalência proporcional da retribuição pecuniária ao cargo ou emprego em relação à das vantagens;*

*IX - consideração das especificidades pedagógicas da carreira e das características físicas e geoeconômicas das redes de ensino, na definição:*

*a) dos adicionais que vierem a ser previstos, para contemplar modificações no perfil do profissional ou alterações nas condições normais de exercício do cargo ou emprego, especialmente a titulação, decorrente de formação adicional não considerada na organização básica da carreira, e o exercício em condições que possam comprometer a saúde do profissional ou em estabelecimentos em áreas de reconhecidos índices de violência;*

*b) das gratificações que vierem a ser previstas, para contemplar o exercício de atribuições que extrapolem aquelas relativas ao cargo ou emprego para o qual o profissional prestou concurso ou caracterizem condições especiais de exercício, especialmente o*



*exercício de funções de gestão ou coordenação pedagógica nas unidades escolares e o exercício em classes especiais ou em escolas de difícil acesso;*

*X - jornada semanal de trabalho de até quarenta horas semanais e da qual, no caso da regência de classe, parte será reservada a estudos, planejamento e avaliação, na escola, nos termos da legislação específica e de acordo com a proposta pedagógica da escola;*

*XI - férias anuais para os profissionais em regência de classe e para os demais profissionais da educação escolar básica pública;*

*XII - duração mínima de dois anos para o período de experiência docente estabelecido como pré-requisito para o exercício de quaisquer funções de magistério, que não a de docência, nos termos do § 1º do art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.*

*Parágrafo único. Os critérios utilizados para estabelecer a organização dos planos de carreira devem assegurar:*

*I - remuneração condigna;*

*II - integração entre o trabalho individual e a proposta pedagógica da escola;*

*III - melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.*



*Art. 5º A formação continuada para a contínua atualização dos profissionais da educação escolar básica pública, promovida e estimulada pelos respectivos sistemas de ensino, por meio de programa permanente, com planejamento plurianual, contemplará:*

*I - vinculação com as necessidades de qualificação dos profissionais, nas diversas áreas específicas de atuação, inclusive em nível de pós-graduação;*

*II - oferta de atividades que promovam o domínio do conhecimento atualizado e das metodologias de ensino mais modernas e a elevação da capacidade de reflexão crítica sobre a realidade educacional e social;*

*III - universalidade de acesso a todos os profissionais da mesma rede de ensino, com licenciamento periódico remunerado;*

*IV - coerência com os objetivos e as características das propostas pedagógicas das escolas da rede de ensino;*

*V - valorização da escola como espaço de formação dos profissionais;*

*VI - devido credenciamento e qualidade das instituições formadoras.*





*Art. 6º As condições de trabalho dos profissionais da educação escolar básica, indispensáveis para o êxito do trabalho pedagógico, contemplarão:*

*I - adequado número de alunos por turma, que permita a devida atenção pedagógica do profissional a cada aluno, de acordo com as necessidades do processo educacional;*

*II - número de turmas, por profissional, compatível com sua jornada de trabalho e com o volume de atividades profissionais extraclasse, decorrentes do trabalho em sala de aula;*

*III - disponibilidade, no local de trabalho, dos recursos didáticos indispensáveis ao exercício do trabalho profissional;*

*IV - salubridade do ambiente físico de trabalho;*

*V - segurança para o desenvolvimento do trabalho profissional;*

*VI - permissão para o uso do transporte escolar no trajeto entre o domicílio e o local de trabalho, quando não houver prejuízo do uso pelos estudantes.*

*Art. 7º Revogam-se o art. 9º e o inciso II do art. 10 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.*

*Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.*



---

*Sala das Sessões, em 7 de agosto de 2018*

*Deputado Fábio Trad*

*(PSD/MS)*

É o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço ao Deputado Fábio Trad.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Passa-se à discussão.

Convido a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende para falar como autora e para falar a favor da matéria. *(Pausa.)*

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, enquanto a Deputada Professora Dorinha se aproxima...

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - A Deputada Professora Dorinha já está ao microfone, Deputada.

**A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM-TO.** Sem revisão da oradora.) - Boa noite, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu gostaria de agradecer imensamente ao Relator, o Deputado Fábio Trad. Com este projeto, acho que a Câmara dá um grande passo, um passo importante para a valorização dos profissionais da educação.

O projeto regulamenta direitos e procura garantir o respeito ao profissional da educação, bem como às suas condições de trabalho. Estimula a organização da carreira docente e, acima de tudo — este é um dos maiores desafios que nós enfrentamos hoje —, procura atrair bons profissionais para a área do magistério e garantir a sua permanência.

O projeto estabelece responsabilidades dos Estados, dos Municípios e da própria União. Garante regras de trabalho para as carreiras e condições dignas para que o profissional da educação possa realizar, com qualidade e de maneira respeitosa, seu trabalho.

Manifesto nosso respeito aos profissionais da educação, aos milhares de professores que, de maneira especial, atuam hoje na educação básica, nas escolas



quilombolas, nas escolas indígenas, nas escolas rurais, nas escolas do campo e nas escolas urbanas.

Agradeço a esta Casa por ter votado a urgência e por ter aprovado este projeto de lei, que representa um grande salto para a carreira do magistério e garantias de trabalho aos profissionais da educação.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço à Deputada Professora Dorinha.

Convido para falar contra a matéria o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

**A SRA. SORAYA SANTOS** - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um pedido ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Pois não, Deputada.

**A SRA. SORAYA SANTOS (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, seria bom que abrissemos mão do uso da palavra e votássemos todos os projetos com temática que envolve a educação no Brasil, uma matéria muito importante. Nós faríamos a votação por aclamação e, logo após, os Deputados fariam uso da palavra. Seria um gesto de compreensão deste Plenário.

Eu gostaria de propor, Sr. Presidente, que votássemos por aclamação os três projetos, que são de suma importância para os profissionais da educação no Brasil, e, logo após, V.Exa. concederia a palavra aos inscritos.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - É meritório o pedido de V.Exa., Deputada Soraya Santos, mas nós temos que ofertar a palavra aos inscritos. Por iniciativa própria, se os Deputados abrirem mão, esta Presidência acatará a decisão e passará à votação.

Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga, para falar contra a matéria.



**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com todo o respeito à Deputada Soraya Santos, e ela sabe que o tenho, não dá para votar por aclamação. Por aclamação, o Governo de Michel Temer está entregando o Brasil. Então, temos que discutir muito as matérias aqui colocadas e temos que aprofundar a discussão sobre todos os itens.

Aqui há itens importantíssimos, que nos remetem a uma grave preocupação. Temos, por exemplo, o número de horas que os professores e profissionais de educação terão que cumprir em atividades extracurriculares dentro da unidade escolar. Precisamos ter muito cuidado, pois este tema consta do texto. Temos que dialogar sobre este assunto.

Será que os professores e os profissionais da educação topam o que foi proposto pelo Relator, sem fazer uma discussão mais profunda sobre o tema?

Eu sei que vários Parlamentares têm uma relação profunda com os profissionais da educação, com os professores, com uma reflexão crítica. Portanto, têm que estar muito atentos a este ponto.

No Rio de Janeiro, o Sr. Crivella teve uma posição contrária aos profissionais da educação, e deu o que falar. Portanto, tenham muito cuidado.

O segundo ponto é que não dá para enganar o povo brasileiro.

Quero fazer uma ressalva. O Deputado Danilo e a Deputada Professora Dorinha tentaram — sou testemunha disso — colocar em votação no Plenário da Comissão de Educação a matéria que trata do regime de colaboração, do Sistema Nacional de Educação, que dá materialidade ao Custo Aluno-Qualidade e ao Custo Aluno-Qualidade Inicial, mas o Governo não está topando. O Governo não quer topa, Deputado Ságuas Moraes — esta matéria é de autoria de V.Exa. Eles não



topam, porque sabem que, para que esta matéria seja aprovada, teriam que reverter a PEC aprovada que congela, por 20 anos, os investimentos em saúde e em educação.

Isso altera a seguinte lógica. Não basta liberar o que sobra de recurso do Orçamento federal para a educação municipal. É preciso criar exatamente um padrão mínimo de qualidade para a educação pública nacional, para que a transferência do Orçamento federal seja automática. Como eles vão topar isso, se eles congelaram os investimentos em educação? Basta ver o que está acontecendo com as bolsas da CAPES. Portanto, não dá!

Exatamente por este motivo temos que fazer uma reflexão mais profunda sobre todas as matérias analisadas por este Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Para falar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, na era Fernando Henrique Cardoso, estabeleceram-se certos critérios no País para a carreira docente nas universidades baseado em certo produtivismo.

A própria CAPES, que agora está sendo dizimada pelo Governo, participou desta efusiva festa contra a qualidade social da educação superior, contra a qualidade social da produção técnico-científica brasileira.

Criou-se uma cisão no meio universitário, o que inviabiliza a qualidade do ensino, porque ninguém mais pode se dedicar à reflexão profunda sobre o tema. O produtivismo, para que se consiga alguma pontuação e se viabilize a progressão na carreira, acaba gerando a produção de uma série de vícios acadêmicos.



O camarada produz um artigo e tenta viabilizar a publicação. Para isso, ele tem que estabelecer relações que nem sempre são baseadas no rigor necessário à produção científica. Conhecimento científico é coisa séria!

Aqui nós discutimos a necessária valorização dos educadores, dos trabalhadores em educação, dos profissionais na educação básica. Deveríamos iniciar pelo debate que deveria unir a todos, por aclamação, pelo fim da Emenda Constitucional nº 95, já que ela inviabiliza a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES, o financiamento aos mestrados, aos doutorados, bem como o financiamento de pesquisas estratégicas para o País, as universidades, o ensino básico, o ensino técnico, os institutos federais.

Estamos vendo a verdadeira destruição da qualidade do ensino no País. É a inviabilização do futuro do País! Por isso, não se pode aprovar por aclamação, porque nós não podemos aceitar nenhum tipo de farsa.

O projeto tem problemas, como também tem pontos positivos. O mais positivo deles é a ideia de valorização dos trabalhadores. No entanto, há preocupações. Uma delas foi levantada pelo nosso companheiro Glauber Braga: horas de trabalho extraclasse têm de ser remuneradas, e isso não está claro. Se se trabalha uma jornada de 40 horas, dentro dessa jornada há de se ter uma carga horária para a reflexão, para o debate com o aluno, com a comunidade, para o planejamento e correção de provas, para o planejamento de trabalhos de pesquisa, provas, testes e as demais atividades extraclasse.

Ao mesmo tempo, há um problema que, como não está muito objetivado, pode ser realmente um agravante: a forma de vincular o desempenho profissional ao



rendimento dos alunos. Que isso não signifique notas e mais notas em prejuízo da qualidade!

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Convido o Deputado Pedro Uczai a fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Convido o Deputado Celso Pansera a fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Convido o Deputado Danilo Cabral a fazer uso da palavra.

**O SR. DANILO CABRAL (PSB-PE. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente eu queria destacar que a pauta que estamos discutindo em torno de propostas que dizem respeito à educação pública brasileira é fruto de amplo debate que nós construímos na Comissão de Educação com o conjunto de Parlamentares que a compõem, é fruto do debate que nós construímos com aqueles que militam no ambiente da educação.

Do período em que assumimos a Comissão até agora, escutamos diversas entidades, a representação das universidades, a ANDIFES, a representação dos estudantes, a UNE, a representação dos Municípios, a UNDIME, o setor privado. Escutamos todos os que militam na educação.

Nossa preocupação, quando assumimos a Comissão, era darmos, neste plenário, respostas efetivas às pautas que estavam tramitando não só na Comissão de Educação, mas também em outras Comissões que fazem parte desta Casa, que eram e continuam sendo estratégicas para a educação pública brasileira.

Esta pauta hoje aqui posta, que diz respeito às propostas para as diretrizes da carreira de docentes no Brasil, bem como a apresentada pela Deputada Professora Dorinha, à regulamentação da alimentação escolar, ao Plano Nacional de Assistência Estudantil, ao Programa de Inovação Educação Conectada, e ao





combate à evasão escolar, é um primeiro lote de propostas que foi possível a partir deste diálogo para chegarmos a um consenso ou próximo a um consenso, fruto do debate, como eu disse, de todas as correntes políticas que fazem parte desta Casa.

O Congresso Nacional deseja, o que é importante, dar uma resposta à sociedade brasileira, Deputado Ságuas Moraes, a respeito desta que é uma pauta fundamental para o desenvolvimento do País.

Por isso, eu queria, inicialmente, agradecer a todos os pares da nossa Comissão, a todos os que colaboraram com este debate, às entidades que participaram deste debate a compreensão.

Eu acho muito importante, Deputado Bebeto, a partir das respostas que estamos procurando, darmos uma efetiva contribuição para a construção de uma educação pública de qualidade para nosso País. É este o desafio que está lançado para esta Casa. Nós precisamos fazer isso valer no diálogo com a sociedade brasileira.

Há outras propostas na pauta que nós precisamos discutir e aprofundar. Precisamos discutir, ainda, o financiamento público da educação. Esta é uma questão central que nós queremos voltar a discutir nesta tribuna, Deputado JHC. V.Exa. está fazendo um debate, inclusive, sobre a aplicação dos recursos do FUNDEF, sobre os precatórios do FUNDEF.

Nesta semana, o Brasil todo acompanhou a preocupação com os cortes realizados na área da pesquisa no Brasil. Nós vimos esta questão. A CAPES denunciou a movimentação feita no sentido de contingenciar quase metade do orçamento para a pesquisa. Isso atinge quase 400 mil pesquisadores que fazem



mestrado, doutorado, pós-doutorado, aqueles que usufruem das bolsas do PIBID, da Universidade Aberta.

Nenhum país atinge algum estágio de desenvolvimento sem garantir recursos para a educação e a pesquisa!

Por isso, como Presidente da Comissão de Educação, nós queremos fazer este debate. Nós vamos fazer este debate com a área econômica do Governo, que precisa explicar o porquê dos cortes sucessivos na área da educação.

Desde que a famigerada PEC do Teto dos Gastos Públicos foi aprovada por esta Casa, temos visto a educação pública brasileira sofrer ataques diários ao seu orçamento. Programas estratégicos, como o Programa de Assistência Estudantil nas universidades; o corte nas universidades, no programa do FIES; o fim do Ciências sem Fronteiras; vários programas estão sendo objeto de corte por parte da área econômica do Governo Federal. Não podemos permitir isso.

Vamos fazer da Comissão de Educação um espaço de resistência para garantir orçamento para a educação pública brasileira. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço ao Deputado Danilo Cabral.

**O SR. SÁGUAS MORAES** - Sr. Presidente, peço 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Ságuas Moraes.

**O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, quero lamentar que o projeto que cria o Sistema Nacional de Educação não tenha entrado nesta pauta, por maior que tenha sido o esforço do Deputado Danilo Cabral, Presidente da Comissão de Educação.



O Deputado Glauber Braga é o Relator deste projeto que cria o Sistema Nacional de Educação. Quero lamentar o fato de este projeto não ter entrado na pauta. O Governo se recusou, uma vez que, como bem diz o Deputado Glauber Braga, ele precisaria revogar a Emenda Constitucional nº 95, que congela os gastos públicos no Brasil.

De qualquer modo, quero dizer que estou contemplado neste momento, embora não da forma como gostaríamos, com a aprovação do projeto da Deputada Professora Dorinha, que estabelece as diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.

Em 2011, eu apresentei o Projeto de Lei nº 1.377, que estabelece os princípios e as diretrizes dos planos de carreira para os profissionais da educação básica pública. O projeto foi apensado ao projeto da Deputada Professora Dorinha.

Quero dizer que estávamos numa situação em que não havia nada no sentido da valorização profissional desta categoria. Nosso projeto, que era mais completo, foi pensado ainda quando o Deputado Carlos Abicalil estava aqui. Quando eu entrei nesta Casa, em 2011, há 7 anos, nós apresentamos o projeto, e não conseguimos que, ao longo desses 7 anos, fosse aprovado como estava. Na verdade, agora ele foi apensado a este projeto da Deputada Professora Dorinha, que retirou alguns pontos que gostaríamos de manter.

Nós sabemos que nem sempre, infelizmente, um projeto é aprovado nesta Casa na íntegra.

Portanto, quero dizer, mais uma vez, que nós do Partido dos Trabalhadores seremos contemplados com a aprovação deste projeto nesta noite.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço ao Deputado Ságuas Moraes.

Declaro encerrada a discussão.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Passa-se ao encaminhamento.

De acordo com a lista de inscritos para falar contra a matéria, tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, só um minuto.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Pois não, Deputado Perondi.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB-RS.** Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, eu faria o seguinte apelo aos Deputados: falem o mínimo possível.

Nós temos que votar três projetos relacionados com a educação, um dos quais já foi retirado, e as quatro medidas provisórias. Existe acordo. Um dos projetos já saiu; o outro estamos discutindo. Se falarmos, não conseguiremos votar, o acordo cai, e teremos que ficar aqui amanhã para trabalhar.

Vamos falar o mínimo possível.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço a colaboração do Deputado Perondi.

Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

**O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ.** Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL quer continuar debatendo. Tem que haver a revogação da proposta aprovada por este Plenário da Câmara dos Deputados que congela, por 20 anos, os investimentos em educação.

Srs. Deputados, existe um relatório pronto para ser deliberado. Se V.Exas. quiserem, nós aprovamos a urgência do relatório agora. Estamos à disposição. O Deputado Ságuas Moraes topa.

Está aqui uma proposta para o Líder do Governo: vamos colocar em votação aqui a urgência do relatório do Sistema Nacional de Educação, do regime de



colaboração, da definição do Custo Aluno-Qualidade e do Custo Aluno-Qualidade Inicial.

Eu sou o Relator na Comissão, mas nem preciso ser o Relator aqui — o Deputado Ságuas indica o Relator. Neste caso, já votamos a matéria.

Senhores, não vamos dizer ao povo brasileiro que se vai entregar qualidade e a ampliação dos direitos à educação com as medidas que foram adotadas pelo Governo, Deputado Pedro!

Marcaram para amanhã, às 14 horas — eu quero saber qual a posição do Governo —, a votação do relatório do projeto “escola com mordaza”, o Escola sem Partido. Eu sei até que os representantes do Ministério da Educação que estão aqui e a própria Deputada Professora Dorinha, quero fazer justiça, são contra esta matéria. Mas eu queria saber se o Deputado Perondi assume, em nome do Governo, o apoio à obstrução na votação do projeto “escola com mordaza”, ou Escola sem Partido. Marcaram para amanhã às 14 horas.

Este projeto representa a criminalização dos professores e dos profissionais da educação, com a constituição de tribunais pedagógicos. Esta proposta é muito ruim! Esta proposta significa um ataque à educação pública brasileira e à possibilidade de uma reflexão crítica.

Vai-se deixar votar esta matéria amanhã na Comissão às 14 horas?

O Deputado Perondi diz — eu imagino que, ainda como Deputado, não como representante do Governo — que está de acordo e que é contra a aprovação desta matéria. Nós precisamos ter da parte do Governo o apoio para que esta matéria não seja votada na Comissão. É muito ruim para o Parlamento brasileiro a tentativa de criminalizar os professores e os profissionais da educação.



Nós queremos fazer uma discussão mais ampla, queremos ter a oportunidade de discutir investimentos para a educação pública brasileira. Para isso, temos que aprofundar a discussão, não podemos votar a toque de caixa, gerando falsas expectativas para o povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Convido o Deputado Edmilson Rodrigues para falar a favor da matéria.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, eu sou professor há mais de 40 dos meus 61 anos de idade. Há situações que são inegociáveis, por exemplo, a hora extraclasses.

Eu comandi um sindicato, e o Estado do Pará deu um exemplo para o País na constituição de um estatuto do magistério que estabeleceu vários níveis de progressão, tanto horizontal, por tempo de serviço e avaliação, quanto vertical, conforme a qualificação profissional, tanto em Belém e em vários Municípios do Estado, como na rede estadual.

Mais recentemente, a categoria tem lutado em todo o País por um plano de carreira, cargo e remuneração — ganhou este termo depois de certo período de amadurecimento dos estatutos estaduais e federal ou os regimes jurídicos dos servidores públicos e, particularmente, dos trabalhadores em educação.

Uma questão importante sobre a hora de atividade extraclasses: se há algo inegociável é a remuneração.

Certa vez, eu ouvi dizer que o magistério é um sacerdócio. Eu não defendo que padre, pastor ou rabino tenham dentes podres e passem fome. Portanto, ser um sacerdócio significa um compromisso do educador com a qualidade social da educação, com o futuro do nosso País, com o futuro e a formação integral das



crianças, com a construção do sonho da onnilateralidade. Preparar para a vida e para o trabalho não significa aceitar a indignidade de salários baixos.

Foi por isso que eu disse que a Emenda Constitucional nº 95 é uma contradição. Que a bancada do Governo aprove e mantenha, destruindo os recursos das políticas, inclusive da educação, e aqui se fale em valorização dos trabalhadores da educação básica!

Mas sigamos! Eu me inscrevi para falar a favor do projeto, mas não dá para deixar genericamente questões como a remuneração extraclasse. Este é um debate que pode ser feito na regulamentação: a escola não tem sala para os professores trabalharem e pesquisarem; não há, muitas vezes, computadores. Como se estabelecer, assim, algum grau de flexibilização, de modo que o educador consiga realizar um trabalho onde ele tiver condições e ambiência para a reflexão intelectual?

Meritocracia nunca!

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Convido o Deputado Chico Alencar para falar contra a matéria.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Colegas do esforço concentrado — tão fraco pelo visto —, a realidade das presenças em plenário não corresponde ao número no painel: 427 Deputados. Alguns estão mais preocupados com suas campanhas eleitorais, e não há forma melhor de fazer campanha do que exercer bem o mandato.

Digo isso porque já vi Deputado pedir pressa e rapidez: *“Vamos votar logo!”*

Este projeto é muito...



**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Se V.Exa. reclamar do Plenário, eu vou me retirar.

**O SR. CHICO ALENCAR** - Como? Eu não entendi.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Se V.Exa. reclamar da qualidade do Plenário, eu vou me retirar.

**O SR. CHICO ALENCAR** - Não, eu não estou reclamando da qualidade do Plenário. Eu estou reclamando da incompatibilidade entre o número 427 e o número real de Deputados aqui, número real que o qualifica. Estou careca de saber, Deputado Amin, que o que conta é a presença efetiva e o bom debate. Falo isso, até gastando meu precioso tempo, para dizer que não tem que ter pressa. Há gente aí aflita para colocar outros projetos na Ordem do Dia, outras urgências. Urgência é sempre um problema.

Este projeto aqui, que é meritório, não foi apreciado conclusivamente por nenhuma Comissão. Neste caso, temos que ler, inclusive, o substitutivo apresentado hoje pelo Relator, que nos traz um problema grave, que não havia no projeto original. O Deputado Fábio Trad foi muito dedicado e aplicado.

Quando dizemos que o trabalho docente de preparação, vinculado à jornada semanal de até 40 horas e reservado a estudos, a planejamento e a avaliação, tem de ser feito na escola, isso é uma limitação.

Nós temos um destaque para tirar esta obrigatoriedade de algo que é inerente à função docente, além da presença e da aula, que é preparar a aula. Preparar não significa que deva ser obrigatoriamente na escola, como está no projeto. Quem sabe o que é o magistério sabe que se trabalha muito em casa, domingo à tarde, sábado





à noite. Portanto, limitar esta tarefa à escola, para reconhecer a jornada de trabalho, é um atraso, até mesmo um retrocesso.

Queremos discutir também a questão da “meritocracia”. Queremos saber se ela não está embutida, ainda que indiretamente, em incentivos, como está aqui agora no substitutivo, à relação que vincula o desempenho profissional ao rendimento escolar dos estudantes. A boa escola tem avaliação permanente — todo mês ou a cada 2 meses —, envolvendo a comunidade, os pais, os alunos, os professores.

Portanto, entendemos que esta parte também poderia ser retirada do projeto, em nome do próprio projeto, que fixa diretrizes gerais.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de um esclarecimento da relatoria. Os partidos tiveram a informação de que o relatório do projeto da valorização retirou a “meritocracia”, que seria feita a avaliação do desempenho. Retirou do texto, também, a questão das férias reduzidas. Isso gerou o acordo.

Agora nós estamos vendo toda uma fala em torno da manutenção destes eixos.

Eu gostaria de um esclarecimento final da relatoria acerca do conteúdo final do projeto, porque nós ficamos falando à toa sobre coisas que haviam sido retiradas, conforme nos informaram.

Portanto, é importante que isso fique claro. Se retirou, o PCdoB é a favor; se não se retirou, o PCdoB é contra.

Solicito à relatoria um esclarecimento.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem a palavra o Relator, o Deputado Fábio Trad.

Em tempo, convido o último orador inscrito, o Deputado Pedro Uczai, a falar a favor da matéria. Antes, porém, concedo a palavra ao Deputado Fábio Trad, para proceder aos esclarecimentos. *(Pausa.)*

Enquanto o Deputado Fábio Trad se debruça sobre a matéria, concedo a palavra ao Deputado Pedro Uczai.

**O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, esta matéria é muito importante. Nacionalizar o piso para o magistério foi uma grande conquista para a educação brasileira. No entanto, como muitos Estados e muitos Municípios não conseguem nem honrar o piso, a carreira está sendo comprometida, e não há, na maior parte dos Estados e Municípios, um plano de cargos, salários e carreiras.

Quando se constroem diretrizes, estas têm que nortear de forma transparente não só o início da carreira, mas o final dela; não só a carreira, mas também a formação continuada do docente.

Quanto aos processos avaliativos dos docentes, deve-se deixar de forma clara, transparente e objetiva que não pode estar implícita nenhuma relação com “meritocracia”, mas, efetivamente, com a formação e a valorização dos profissionais.

Eu mesmo fui além do debate das diretrizes. Eu apresentei um projeto de política salarial em que um professor de ensino médio que recebe o piso nacional, quando tem graduação, não pode receber menos, por exemplo, que 25% sobre o piso; o professor que tem especialização do tipo pós-graduação *lato sensu* não pode receber menos que 50% sobre o piso; que o professor que tem mestrado *stricto*



*sensu* receba 100% a mais do que recebe um professor do ensino médio. Quem tem doutorado pode receber percentual superior ao do mestrado, para dar motivação para o estudo, para a qualificação profissional, para o professor doutor trabalhar não só na universidade, mas também no ensino fundamental, no ensino infantil, no ensino médio.

Portanto, esta questão das diretrizes é um passo importante, mas ainda insuficiente, já que não deixa claro o piso e o teto no sentido geral do fortalecimento da educação brasileira. Ela precisaria ter o mínimo na graduação, na especialização *lato sensu*, no mestrado e no doutorado.

Em segundo lugar, nós vivemos contraditoriamente uma tentativa que envolve, na luta da educação, avançar na legislação, mas não podemos deixar de denunciar que a Emenda Constitucional nº 95 impede qualquer perspectiva de carreira neste País. A Emenda Constitucional nº 95, que congela por 20 anos os investimentos em educação, impede a viabilização da meta do PNE para o próximo ano, que prevê equiparar o salário dos professores do Brasil ao dos profissionais que atuam naquele mesmo ente da Federação com a mesma formação acadêmica. No mínimo, em 2019, os professores das redes municipais e estaduais deveriam ter o aumento salarial de 60%.

Portanto, sem hipocrisia e sem falácia, vamos construir diretrizes. É um passo importante que nossa bancada vote a favor, mas a Emenda Constitucional nº 95 impede a viabilização do PNE, da carreira e, inclusive, do próprio piso. Para viabilizar concretamente, tem que mudar o Governo, tem que mudar o País, porque este Governo que está aí não vai criar diretrizes para a educação.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha. *(Pausa.)*

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Onde está o Relator, Sr. Presidente? Vamos votar sem saber direito de que se trata.

**O SR. CHICO ALENCAR** - Sr. Presidente, o Relator Fábio Trad vai fazer esclarecimentos bastante necessários.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra, para uma Comunicação de Liderança, ao Deputado Weverton Rocha, pela Minoria.

**O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, colegas Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, ouvintes da *Rádio Câmara*, nós gostaríamos de fazer uma avaliação rápida da conjuntura política no momento em que estão encerradas as convenções partidárias. Nós tivemos muitos debates internos. Todos os partidos fizeram as suas movimentações.

É óbvio que, dentro do processo político e democrático, todos os partidos têm vida própria — e isso tem que ser respeitado. Precisamos compreender as vidas internas, as dinâmicas próprias de cada partido, para fazer esse grande enfretamento, tanto é que o nome “partido” significa partes.

Nós sabemos que no campo político, em vários momentos, se tentou muito essa união política, mas infelizmente não deu. Desejamos aqui boa sorte a todos os partidos, porque todas essas frentes importantes vão levar esse debate em alto nível para o País.

O PT lançou o candidato Haddad, ex-Prefeito de São Paulo. O Boulos é candidato pelo PSOL. O nosso partido, o PDT, lançou o Ciro Gomes. E todos esses partidos que aqui eu acabei de citar — entendam bem, senhores telespectadores — estiveram no campo político sempre de um lado só, que foi do seu lado, o lado do trabalhador, o lado que denunciou o congelamento do dinheiro da educação e da saúde por 20 anos, que denunciou a entrega das nossas empresas públicas, como a PETROBRAS, para o mercado internacional, que denunciou essa política fácil e entreguista que o Michel Temer tem feito para beneficiar, infelizmente, neste País,



apenas os grandes, os ricos. Os pobres, infelizmente, e os trabalhadores só foram convidados por esse Governo ilegítimo para pagar a conta.

Nós precisamos ter compreensão da dinâmica do forte debate que vai acontecer em âmbito nacional, para que as pessoas que estão reclamando, achando que está ruim, simplesmente não se sintam desestimuladas a participar do processo político. Nesse processo, é preciso que as pessoas de bem não só reconheçam que a situação está ruim, mas também compreendam a necessidade de participação. As pessoas de bem têm que acordar e ir para o debate político. Se você não ajuda, com certeza o mal prevalece. Depois, ficam reclamando, e piora cada vez mais este momento difícil e triste que estamos vivendo da história do Brasil: quase 13 milhões de desempregados, 60 milhões de brasileiros no SPC e SERASA.

Hoje, infelizmente, trabalhadores chegaram a casa pegando seu ônibus, botando a mão no bolso, sem dinheiro para comprar alimentação do dia de amanhã para sua família. Infelizmente, é isso o que nós estamos vivendo. E não dá para fecharmos os olhos achando que, simplesmente, com discursos fáceis iremos resolver o problema. Não se trata apenas de discurso. É preciso que se veja a prática, que se veja a história, que se veja o lado de cada campo à frente dos momentos difíceis do Brasil.

Aqui nesta tribuna lembro-me de momentos logo no início da Legislatura, por exemplo, como o do *impeachment*. No processo de *impeachment*, a maioria dizia que tinha que haver o *impeachment* da Dilma. Nós falávamos: “*Cuidado com a opinião publicada, porque opinião publicada por si só não resolve*”. Nós temos que entender que Governo se derrota no voto. Na democracia é assim que funciona. Mas, não! A partir dos grandes interesses, não só econômicos, de uma quadrilha



que o Sr. Eduardo Cunha e o Sr. Michel Temer representavam, eles fizeram o *impeachment* a todo custo. A todo preço, tiraram o mandato da Presidente legitimamente eleita para tentarem se safar inclusive de operações nas quais estavam envolvidos, como a Lava-Jato.

Nós, que sabemos disso, temos que ter coragem de denunciar, temos que ter coragem de falar isso aqui. Eles falaram de *Uma Ponte para o Futuro*, mas essa ponte, Michel Temer, não deu! Até quem batia panela ficou com vergonha, ficou tímido, está constrangido. Essa ponte pela qual você, infelizmente, está mandando a Nação vai para profundezas escuras e difíceis. A população tenta olhar lá na ponta e encontrar alguma iluminação, alguma luz no fim do túnel para poder acordar, para poder dizer assim: *“Eu preciso reagir”*.

Graças a Deus nós estamos num país de trabalhadores, de pessoas que têm coragem, que não desistem, que não fogem da luta. Essa luta é permanente, e nós temos que estar de manhã, de tarde e de noite combatendo. O saudoso Brizola, fundador do PDT, já dizia: *“Na dúvida, fique do lado do povo”*.

Nessa reforma trabalhista que foi votada, diziam que o emprego iria ser retomado no Brasil. Nós denunciávamos várias vezes, Deputado Miro Teixeira, que essa reforma precarizava o trabalho, retirava direitos. Ela foi feita de forma atropelada, e agora os jornais registram que essa reforma fracassou e que o emprego realmente não veio. Falamos e denunciávamos. Não venham dizer que não foi avisado.

Nós avisamos que entregar a PETROBRAS é entregar o futuro da educação e da saúde.



Nós falamos que a proposta de reforma da Previdência — todos aqui sabemos — está pronta. Depois da eleição, após o fim da intervenção militar fracassada no Rio de Janeiro, o Sr. Michel Temer vai mandar para cá essa reforma famigerada, no apagar das luzes, para tentar acabar com a Previdência no Brasil.

Então, não podemos simplesmente ir para o processo eleitoral achando que são apenas ideias a serem discutidas. Nós temos que discutir práticas, posturas e tudo que está acontecendo no Brasil.

Candidatos do nosso campo, façamos o bom combate!

Falando em tempo de televisão, Michel Temer está comemorando porque seu principal candidato, o Alckmin, tem o maior tempo de televisão. Não venham com essa! Nós sabemos que hoje o maior meio de comunicação é a rede social. Até o dia 7 de outubro, quando ocorrerá a eleição, haverá 22 debates, que começam agora, na quinta-feira ou na sexta-feira, na *Band*. Nós sabemos que temos que mobilizar a população para esses debates profundos.

Convido você que está em casa a assistir a dois, três, quatro, cinco debates, a ver a qualidade dos candidatos que estão lá, sem a influência de marqueteiro, ao vivo. Veja a proposta de cada um deles. Aí, cada um vai perceber o quanto é importante todos estarem mobilizados.

Repito: o Temer está feliz por achar que o seu principal candidato, Geraldo Alckmin, ganhou mais tempo de televisão. Nós não podemos cair nessa ladainha. Estão dizendo que o candidato dele é o Meirelles. Não é o Meirelles! O Meirelles é cortina de fumaça! O candidato do Temer se chama Alckmin, ex-Governador de São Paulo. Todos sabem disso.





Nós vamos assistir aos debates, participar nos nossos Estados. Eu tenho certeza de que o povo brasileiro vai saber quem esteve do lado da democracia em todos os momentos. Mesmo o nosso partido sempre tendo candidatura própria, eu, como Deputado do Maranhão, como Líder da Minoria nesta Casa e como cidadão, defendi a Constituição, denunciei a prisão injusta do Presidente Lula, gritei aqui “*Lula livre!*”, gritei pela nossa Constituição, fiz aqui o bom debate.

Agora, nós vamos para as nossas campanhas. Os companheiros de cada partido vão defender suas candidaturas, assim como eu irei defender a nossa candidatura do PDT, do companheiro Ciro. Assim cada um vai fazer com seus programas e suas propostas. Eu não tenho dúvida de que quem fizer o melhor debate e a melhor proposta irá vencer.

A todos os trabalhadores do País, em especial os do meu Estado do Maranhão, digo: vamos juntos nos mobilizar, vamos juntos reerguer uma bandeira forte, a bandeira da esperança! O nosso coração pulsa, o nosso sangue é forte, a nossa alma sempre vai lutar e estar viva! Eu tenho certeza de que não iremos desistir.

Avante, Brasil!

Todos juntos: fora, Temer!

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço a V.Exa., Deputado Weverton Rocha.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - O Deputado Fábio Trad irá reformular o seu parecer.

**O SR. FÁBIO TRAD (PSD-MS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, em atenção ao apelo feito pelo PSOL e pelo PCdoB no sentido de que o inciso V do art. 4º do substitutivo propiciava interpretação que poderia resultar em prejuízo aos professores, porque condicionava o desempenho profissional dos educadores ao rendimento escolar dos estudantes, conversando com a Deputada Professora Dorinha, que é a autora do projeto, e com o Deputado Edmilson, este Relator reformula o parecer para suprimir o inciso V, renumerando os demais incisos, a fim de dar condições para aprovação do projeto acordado pelos Líderes.

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço os esclarecimentos, Deputado Fábio Trad.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar e depois à Deputado Alice Portugal.

**O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Eu também mencionei algo que preocupa pela realidade concreta das escolas brasileiras. O inciso X do art. 4º menciona a jornada semanal de trabalho de até 40 horas, da qual, no caso da regência de classe, parte será reservada a estudos, planejamento e avaliação, na escola.

Existem escolas, como a Professora Dorinha sabe muito bem, que não têm condições — até mesmo físicas — de abrigar essa jornada, que é concreta e se efetiva na sala de aula, de estudos, planejamento, preparação. Então, eu creio que



não atrapalharia o projeto em nada nós suprimirmos o termo “na escola”, mantendo tudo mais.

**O SR. FÁBIO TRAD** (PSD-MS. Sem revisão do orador.) - Apenas para ponderar, Deputado Chico Alencar, quero dizer que na própria redação do inciso X há uma menção explícita de que essa jornada semanal de trabalho de até 40 horas, da qual, no caso da regência de classe, parte será reservada a estudos, planejamento e avaliação, na escola, ela obedece a uma legislação específica e de acordo com a proposta pedagógica da escola.

Então, o receio é fazer essa supressão da expressão “na escola” e isso resultar em algo discrepante de uma lei existente.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Deputado Fábio Trad, inclusive existe um destaque do PSOL para votação, e a Deputada Professora Dorinha já está conversando com o Deputado Chico Alencar.

**O SR. FÁBIO TRAD** - Perfeitamente.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Em votação o substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero apenas um esclarecimento: o Relator retira a expressão “na escola”?

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Não retira.

**O SR. FÁBIO TRAD** - Não retiro porque obedece a uma legislação específica.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Relator, faço apenas uma ponderação, se for possível e se o Presidente conceder.

**O SR. FÁBIO TRAD** - É claro.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Perfeitamente.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Na verdade, a amplitude da proposta pedagógica já garante que não haja discrepância com a lei original. Agora, a afirmação peremptória de que tem que ser “na escola” é que oferecerá, mesmo de maneira involuntária da sua parte, a possibilidade de discrepância, porque há escolas cujo planejamento, de fato, prevê que seja feito fora dela por falta de lugar. A sua formulação “de acordo com a proposta pedagógica da escola” já é ampla o suficiente para acontecer na escola ou fora dela, conforme observação e decisão da proposta pedagógica.

Portanto, eu queria sugerir que realmente se retirasse esta expressão “na escola”.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço à Deputada Alice Portugal.

**O SR. FÁBIO TRAD** - Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir também a autora do projeto a respeito dessa sugestão.

**A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM-TO.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, não vejo nenhum problema nisso.

O que está colocado aqui é uma obviedade. Já acontece na regulamentação. Então, não vejo nenhum problema, uma vez que estamos resguardando aqui a proposta pedagógica. Mais do que um sistema, está sendo dada à escola a autonomia para definir o formato de cumprimento das suas horas de atividades e de estudo.

Então, não vejo nenhum problema.

**O SR. FÁBIO TRAD (PSD-MS.** Sem revisão do orador.) - Então, Sr. Presidente, em atenção ao pleito da Deputada Alice Portugal, este Relator reformula



o parecer, no sentido de suprimir do inciso X do art. 4º do substitutivo a expressão “na escola”, que está inserida entre vírgulas.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Perfeito.

Consulto o Deputado para saber se retira o destaque, já que cumprimos com a finalidade. Perdeu o objeto.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Apesar de o Deputado Fábio Trad, num excesso de elogio e loa ao feminino que nos constitui, nem ter mencionado meu nome.

Eu fiz o mesmo apelo. É claro que a Deputada Alice Portugal defendeu muito melhor do que eu, reconheço isso.

**O SR. FÁBIO TRAD** - Perdão, Deputado. Foi um pleito da Deputada Alice Portugal e do Deputado Chico Alencar. *(Risos.)*

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Obrigada.

**O SR. CHICO ALENCAR** - É a vaidade parlamentar que nos habita.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - “Sim” para todo mundo, Sr. Presidente!

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - A educação se constrói por muitas mãos.

**O SR. CHICO ALENCAR** - Parabéns! Parabéns! Melhorou o texto.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - “Sim” para todo mundo, Sr. Presidente!

**O SR. PEDRO UCZAI** - Ficou bom. Agora podemos votar.



---

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Retirado o destaque, passa-se à votação.

Em votação o substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 1.287, de 2011.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Orientação de bancada.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - “Sim” para todo mundo, Sr. Presidente. Já discutimos bastante.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Perfeito. “Sim” para todo mundo.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE (JHC) - Em votação.**





---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

**APROVADO.**



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Estão prejudicadas a proposição inicial e as apensadas.



**O SR. IVAN VALENTE** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Só um minuto, por favor.

**O SR. IVAN VALENTE** - Quero fazer uma declaração de voto.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Projeto de Lei nº 6.137...

**O SR. IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Só um minuto, por favor.

**O SR. IVAN VALENTE** - Mas é sobre a matéria.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tudo bem.

**O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero colocar minha declaração de voto aqui.

Projetos de lei que não passam pela Comissão de mérito não devem vir a plenário, não podem ser discutidos a toque de caixa aqui no plenário.

Por isso, não votarei a favor deste projeto e quero deixar registrada a minha posição.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Obrigado, Deputado Ivan Valente.



---

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Próximo item.

**PROJETO DE LEI Nº 6.137, DE 2013**

**(DA SRA. KEIKO OTA)**

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.137, de 2013, que altera o inciso VIII do art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para obrigar a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar e demais autoridades quando atingir o percentual de trinta por cento. Pendente de pareceres das Comissões de Educação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Não há requerimentos sobre a mesa.





**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Para oferecer parecer ao projeto pelas Comissões de Educação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, concedo a palavra ao Deputado Átila Lira.

**O SR. ÁTILA LIRA (PSB-PI.** Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Passo à leitura do parecer.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o projeto de autoria da Deputada Keiko Ota altera a LDB, no seu inciso VIII, para obrigar a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da comarca e ao representante do Ministério Público quando atingir o percentual de 30%. Atualmente, essa notificação só ocorre quando a quantidade de faltas for acima de 50% do percentual permitido em lei.

A intenção desse projeto é fazer um acompanhamento mais rigoroso da presença dos alunos nas escolas e resultar numa intervenção mais rápida, minimizando os prejuízos da aprendizagem.

Pela Comissão de Educação, voto pela aprovação do projeto.

Pela Comissão de Constituição e Justiça, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto.

Sobre o projeto anterior, aquela alteração para tirar “da escola” vai prejudicar o projeto na sua essência.

Peço a aprovação do projeto por todos.

Muito obrigado.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Passa-se à discussão.

Convido o Deputado Glauber Braga para fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

**O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB-RS)** Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Srs. Deputados, quem sabe possamos abrir mão do uso da palavra, se todo mundo estiver de acordo. Já avançamos e votamos por aclamação. De fato, o projeto é consistente.

**O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ)** Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, essa proposta amplia o poder dos instrumentos de controle, mas não garante aquilo que é fundamental para que a criança e o adolescente permaneçam nas unidades escolares.

Sabem por quê? Porque não adianta dizer que se vai ampliar a presença do Conselho Tutelar sem garantir que essa mesma criança vai ter transporte adequado, como nós buscávamos que tivesse, a partir da aprovação do Sistema Nacional de Educação, no regime de colaboração, com Custo Aluno-Qualidade, com a determinação de padrões nacionais, nos quais o Ministério da Educação necessariamente, através do Orçamento da União, tivesse que automaticamente garantir um padrão mínimo para os Municípios brasileiros.

Não é só através do processo de penalização, com a notificação de juiz e de Ministério Público, que se garante presença. Tanto isso é verdade que o que está em discussão agora no Brasil é o pagamento de bolsas, é a garantia inclusive de que se tenha estrutura básica para que os estudantes permaneçam nas unidades escolares, seja no ensino superior, seja na educação básica.

É mole! O Governo do Sr. Michel Temer diz que não vai garantir o mínimo de suporte adequado para que essa criança e esse adolescente frequentem as



unidades escolares, mas diz às famílias brasileiras: *“Se você não conseguir dar continuidade aos estudos, notificam-se MP, Justiça e Conselho Tutelar”*.

Nós podemos até votar a favor desta matéria, mas imaginar que ela de fato modifica estruturalmente a realidade da educação pública brasileira, com a presença de crianças e adolescentes nas escolas, não. A ampliação do poder de polícia nunca foi o que garantiu direitos, nunca foi o que garantiu a permanência de crianças e adolescentes nas unidades escolares. Não é essa a proposta que modifica estruturalmente a educação pública brasileira. E essa reflexão nós não podemos deixar de fazer no plenário da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Convido o Deputado Edmilson Rodrigues para fazer uso da palavra.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.)** - A Deputada Keiko Ota tem se caracterizado por apresentar propostas com simplicidade, mas de grande importância. Essa é uma proposta importante, porque é fundamental para a qualidade social da educação a presença da criança.

O Deputado Glauber Braga falou bem. É claro que, em uma família desestruturada, com pais desempregados, sem um prato de comida ao dia, não há como a garotada permanecer na escola se esta, por exemplo, não oferece sequer merenda escolar, se não tem biblioteca, não tem computadores, não tem recursos didáticos, se o professor é obrigado a ministrar aula numa sala calorenta, escura.

Portanto, a realidade de precarização do sistema por si só dificulta que sonhos importantes possam se realizar, como está explícito no projeto da Deputada Keiko Ota. No entanto, o projeto tem um mérito importante.



Na Itália e em outros países europeus, quando uma criança falta, não é nem preciso alcançar 7,5% de ausência. Algumas faltas obrigam a professora a fazer a notificação, e o serviço pedagógico procura os pais para saber o porquê daquela falta.

Deputado Pedro, aqui nós criamos o Programa Bolsa Escola. O nosso índice era de 10%. E os professores foram convencidos de que não ajudavam os alunos fazendo vista grossa às faltas que extrapolavam os 10%. Faltar mais de 10% das aulas em um mês implicava suspender o pagamento de 1 salário mínimo para a família, quando eu fui Prefeito. Isso fez com que as famílias passassem a acompanhar os filhos, estivessem mais presentes. Os beneficiários do Bolsa Escola simplesmente zeraram o índice de evasão, o aproveitamento foi altíssimo. Portanto, a ideia é positiva.

Talvez, Deputada, nós pudéssemos tirar um exagerozinho. Eu me lembro de um período em que uma criança ou um adolescente estava numa festinha e chegava o juiz do menor querendo prender os pais das crianças. Eu acho que chamar o representante do Ministério Público e o juiz talvez não seja necessário.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Por favor, conclua, Deputado, tendo em vista o avançado da hora.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Vou concluir mesmo.

Esta é a minha sugestão, Deputada Keiko Ota, se fosse possível: vamos dar o poder à escola e aos conselhos tutelares. Os conselheiros são pessoas eleitas, geralmente de muita responsabilidade social, de compromisso com os direitos da criança e do adolescente. Então, eu acredito que a relação da escola com o conselho, em geral, regionalizado, é um passo importante.



O Ministério Público e a Justiça entram? É claro, se houver uma violência escolar ou uma violência familiar, como o *bullying* e outras que tenham como consequência prejuízos à criança, inclusive a sua ausência no sistema escolar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Convido a Deputada Alice Portugal. (*Pausa.*)

Antes passo a palavra à Deputada Eliziane Gama, por 1 minuto.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PPS-MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, se confirmada a previsão de corte orçamentário em relação ao repasse da CAPES para o ano que vem, haverá um brusco prejuízo à comunidade científica do Brasil.

Os dados apontados na carta aberta assinada, dentre outros, pelo Presidente da SBPC mostram, por exemplo, a possibilidade de corte de, pelo menos, 93 mil bolsas de pesquisadores e pós-graduandos e de outras 105 mil bolsas de profissionais da educação a partir de agosto do ano que vem, numa tentativa de obedecer à Lei do Teto de Gastos. E isso precisa ser revisto.

A comunidade científica do Brasil é fundamental para o progresso e para a ciência. Esta Casa não pode deixar isso passar no Orçamento que virá aqui para ser aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Passo a palavra à Deputada Alice Portugal.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.). Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós todos sabemos que há ainda no Brasil, apesar de o aumento no acesso ao ensino fundamental e ao ensino básico ter sido vertiginoso nos anos do Governo de Lula e de Dilma, uma série de precariedades. No Nordeste,



por exemplo, há escolas sem água, há escolas sem janela. O Governador Flávio Dino acabou com as escolas de palha — de palha! — no Maranhão.

Obviamente, nós sabemos que essa realidade, neste País continental, tem que ser vencida com políticas públicas, com democracia e com a garantia da participação da comunidade na vida escolar.

Muitas vezes, construímos aqui uma situação que não detalha e não mergulha no que está sendo proposto. A LDB do nosso grande Darcy Ribeiro, que teve 900 emendas — nós os mais antigos participamos de sua construção —, estabelece percentual de faltas de 50% para ser chamada a atenção das autoridades. A Deputada Keiko está baixando para 30%. A verdade é essa. Essa é a diferença entre o texto da LDB e o projeto da Deputada Keiko Ota.

Acho que algo positivo me leva em direção à aprovação do projeto. É a integração do Conselho Tutelar com a realidade social que hoje está inserida no ambiente escolar: a violência, a luta para que o tráfico de drogas não controle as escolas. O Conselho Tutelar, ao ter conhecimento de que um aluno não comparece a 30% das aulas, poderá atuar junto à coordenação pedagógica e à família.

Acredito que a grande luta é, na verdade, conseguir equipar esses conselhos tutelares e evitar que o Sr. Temer corte os seus *kits*, necessários para que atuem.

Não será uma intervenção. O Conselho Tutelar não é polícia. Será, na verdade, mais um instrumento de fortalecimento da luta contra a evasão escolar.

Então, eu não vejo problemas no projeto. O projeto não intervém na vida escolar, que será fortalecida à medida que a escola, muito mais do que uma repassadora de conteúdo, seja um centro de vivência, que o porteiro tenha formação para identificar que um aluno está saindo fora do horário, com vestuário fora de



padrão econômico e que isso pode indicar exploração sexual ou a atuação de algo ilícito na porta da escola, que a merendeira sinta que a criança que não aceita o toque humano, que não quer comer ou que come demais pode ser vítima de assédio sexual. Enfim, é necessário que a escola tenha vida como um todo. E o Conselho Tutelar poderá ser um instrumento de fortalecimento da luta contra a evasão escolar.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Peço aos colegas que fiquem atentos aos minutos que têm na tribuna, para que avancemos na votação.

Concedo a palavra ao Deputado Danilo Cabral, para falar a favor da matéria.

*(Pausa.)*

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Vamos lá, Presidente! Coloque a matéria em votação, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem a palavra o Deputado Danilo Cabral.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Ele abre mão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar. É o último orador.

**O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente JHC, Sras. e Srs. Deputados, servidores, esse projeto nos remete a algo decisivo neste País, que é a educação. A Deputada Keiko Ota teve a sensibilidade para entender que a educação no Brasil, com todas as suas insuficiências, tem na evasão um elemento extremamente importante e grave.

A educação não é um assunto só da escola, é um assunto da comunidade escolar, o que vale dizer: professores, alunos, trabalhadores administrativos, serventes, merendeiras e pais também. A unidade escolar tem que ter um projeto



político-pedagógico democraticamente elaborado para enfrentar inclusive os problemas, dentre os quais esse trágico da evasão, que é muito significativo.

Em alguns lugares do Brasil, em alguns territórios, como o Rio de Janeiro, a evasão de crianças e adolescentes é a disponibilização deles para o recrutamento pelo crime organizado. Isso é muito grave. A escolarização, a educação é o descentramento, é a possibilidade da sociabilidade.

Pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, no único mandato que exerci lá, sob a coordenação do nosso colega Marcelo Freixo, visitávamos muitos presídios. Era interessante ver que aqueles que estavam lá cumprindo pena — e não ficávamos indagando em que artigo do Código Penal eles estavam incriminados — tinham como referência de humanidade a mãe e a professora. Não era o pai, não.

Portanto, esse projeto, quando responsabiliza o Conselho Tutelar para encontrar soluções de políticas sociais, chegando mesmo, em última instância, ao Ministério Público e ao juiz da comarca, para que empenhem políticas sociais que garantam a permanência na escola, ele está dentro da visão de se tratar a unidade escolar, que efetiva a educação sistêmica, como algo que diz respeito à toda a sociedade e não apenas àqueles que fazem o seu dia na escola — de estudo, de ensino e de aprendizagem.

Então, nesse sentido, para que não seja uma figura decorativa o Conselho Tutelar, e mesmo, em casos graves, o Ministério Público e a Justiça, que eles implementem políticas sociais e olhem a realidade da evasão.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Deputado Chico Alencar, eu acabei de pedir que todos fossem rigorosos com o tempo. Alguns colegas, com razão, já pediram a esta





Presidência que seja rigorosa com o tempo. Todos os Parlamentares estão extrapolando o tempo. Então, vou conceder a V.Exa. 10 segundos para que V.Exa. conclua seu raciocínio.

**O SR. CHICO ALENCAR** - É bom, por que eu já vou treinando para o meu tempo de televisão, como candidato ao Senado. Eu terei 9 segundos.

Já passaram 5 segundos.

Política social é o que resolve a permanência na escola.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço ao Deputado Chico Alencar a compreensão.

O Relator, o Deputado Átila Lira, que está na tribuna, vai reformular o parecer.

**O SR. ÁTILA LIRA (PSB-PI. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, em função do debate e da sugestão do Deputado Edmilson, nós vamos fazer um substitutivo com a seguinte redação: "Notificar o Conselho Tutelar do Município da relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% do percentual permitido em lei".

Portanto, nós fizemos a supressão da notificação ao Juiz da Comarca e ao Ministério Público.

Era o que tínhamos a considerar.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Apoiado!

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Está encerrada a discussão.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Passa-se à votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a proposta vai ampliando o seu caráter de sensibilidade. Parece que o Deputado Átila Lira ouviu alguns dos discursos ou falas que foram feitos no plenário da Câmara dos Deputados e está procurando fazer algumas modificações.

Mas não dá para continuar não dizendo, por mais que alguns fiquem zangados ou importunados com isso, que é o Governo do Sr. Michel Temer que congela os investimentos na educação pública brasileira e que aqueles que estão em postos de comando nos seus Ministérios são corresponsáveis por essa política que levou o Ministério do Planejamento a fazer o corte das bolsas CAPES.

Na reunião da Comissão de Educação de amanhã, será apresentada uma proposta de convocação dos Srs. Ministros da Educação e do Planejamento. Daí eu pergunto: os Deputados que defendem naquela Comissão a privatização da educação vão ter a coragem de fazer a defesa do corte de bolsas anunciado pelo Ministério do Planejamento? E também não posso deixar de perguntar: o Governo do Sr. Michel Temer vai votar, com os seus mais variados partidos, amanhã, às 14 horas, a favor do projeto Escola com Mordança, que tentam chamar de Escola sem Partido?

E não me digam: *“Ah, mas não é isso que está em discussão agora no plenário da Câmara dos Deputados”*. É isso, sim, porque o conjunto dessas medidas é articulado! Se articuladas elas não fossem, o Governo do Sr. Michel Temer não teria tentado, como vem fazendo, aprovar neste plenário a flexibilização do princípio constitucional de que a educação pública tem que ser gratuita nos estabelecimentos



oficiais. Ou os senhores não lembram que eles perderam aqui essa aprovação por 7 votos?

Não adianta querer vender ao povo brasileiro o que não se vai entregar.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Esta Presidência comunica às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que, caso não seja possível a conclusão do acordo no dia de hoje, continuaremos a votação das matérias acordadas, normalmente, amanhã, a partir das 9 horas.

Caso seja possível concluir ainda hoje as votações acordadas, a Presidência convocará sessão deliberativa, cuja pauta será a votação de acordos internacionais, para o mesmo horário.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Vamos votar tudo, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Convido o Deputado Edmilson Rodrigues para fazer uso da palavra.

Deputado Edmilson Rodrigues, V.Exa. vai querer encaminhar ou abre mão?

**O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.)** - Eu fiquei em dúvida sobre o encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - É encaminhamento.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - É para o próximo projeto?

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Não, é para o mesmo.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - É porque eu sugeri o acordo e houve aquiescência do Relator e da autora. Acho que fica mais leve, porque estamos aumentando a exigência de presença e antecipando a informação aos órgãos públicos da ausência da criança não mais com 25%, mas com 50% do que é permitido faltar. Ou seja, em vez de 12,5%, serão 7,5%. Portanto, ao se chegar a



30% do que é permitido ao aluno faltar durante o ano, tal fato teria que ser, digamos, informado.

Então, fica mais leve envolver a escola, as autoridades pedagógicas e o Conselho Escolar. Naturalmente, as responsabilidades, assim como as competências da Defensoria Pública, do Juiz da Comarca e, é claro, do Ministério Público ficam preservadas.

Então, há uma concordância, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Posso colocar em votação?

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Sim.

**O SR. HILDO ROCHA** - É “sim” para todos, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Em votação o substitutivo oferecido pelo Relator na Comissão de Educação ao Projeto de Lei nº 6.137, de 2013.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Está prejudicada a proposição inicial.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**





---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.



---

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Sobre a mesa o seguinte projeto de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 6.852, DE 2013**  
**(DA SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA**  
**REZENDE)**

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.852, de 2013, que altera os arts. 17 e 20 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE; tendo parecer da Comissão de Educação, pela aprovação. (Relator: Deputado Pedro Fernandes). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.*



---

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) Para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, concedo a palavra ao Deputado Orlando Silva.

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, meu parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL 6.852/13.

Sr. Presidente, apresento uma emenda de redação, que acresce uma linha pontilhada abaixo do inciso V do art. 20 da Lei nº 11.947, de 2009, mantendo, assim, a vigência dos dois parágrafos subsequentes.

Este é o parecer.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Consulto o Plenário se podemos encerrar a discussão. (*Pausa.*)

Está encerrada a discussão.

Passa-se à votação.



---

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Sr. Presidente, peço 1 minuto para orientar.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - V.Exa. tem a palavra, por 1 minuto.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - São muitas as leis importantes sobre aspectos às vezes pontuais, mas essa particularmente é insuficiente. Eu gostaria muito que se valorizasse a produção local, a agricultura familiar, coisas importantes quando se fala em merenda escolar.

Mas o que há de muito importante é que grande parte das denúncias contra desvios de recursos escolares se deu por conta dos Conselhos Escolares, que acompanham, com autoridade — com professores, alunos, pais de alunos —, a aplicação dos recursos do FUNDEB. Então os recursos da merenda escolar, com a contrapartida dos Estados ou dos Municípios em particular, serão aplicados pelos Conselhos de Alimentação Escolar. Isso é importante porque nós estamos democratizando, criando espaços de participação popular, de controle social.

Então é muito positivo, na minha avaliação, o projeto.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Sr. Presidente, peço a V.Exa. 1 minuto após essa votação.



---

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Em votação o Projeto de Lei nº 6.852, de 2013, ressaltados os destaques.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

**APROVADO.**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Em votação a Emenda de Redação nº 1.





---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - A Deputada Professora Dorinha solicitou 1 minuto como autora. Em seguida, passarei a palavra ao Deputado Orlando Silva.

**A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM-TO.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputadas, eu gostaria de agradecer ao Deputado Orlando pela relatoria e aos demais Deputados.

Na verdade esse projeto vem como uma resposta ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Alimentação Escolar, que gostariam de ter o Programa Nacional de Alimentação Escolar transformado em lei, com uma organização que garanta autonomia e independência para o processo de acompanhamento social e fiscalização da alimentação, o apoio à agricultura familiar e acima de tudo à alimentação como uma política definitiva de Estado.

Então eu agradeço. Este projeto passou pela Comissão de Educação e foi amplamente debatido. Tenho certeza de que vai ajudar Municípios e Estados no processo de fortalecimento da alimentação escolar e do Conselho de Acompanhamento e Controle Social.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra ao Deputado Orlando Silva.

**O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu apresentei o relatório em tempo recorde para colaborar com o andamento dos trabalhos desta noite.

Mas eu quero fazer um registro nesta noite cumprimentando o Deputado Danilo Cabral, Presidente da Comissão de Educação, que fez um trabalho importante de articulação de projetos de lei de interesse nacional, de interesse da



educação, para que o Congresso Nacional possa dar sua colaboração no ano de 2018. Então eu quero cumprimentar o Deputado Danilo Cabral.

Quero aproveitar a oportunidade e saudar duas Deputadas: a Professora Marcivania e a Alice Portugal, duas lideranças importantes do PCdoB. A agenda da educação da Câmara dos Deputados tem a ver com o trabalho delas. Eu quero saudá-las neste momento pelo empenho, pela dedicação, representando o PCdoB, no ambiente da Comissão de Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

*Ofício nº 378/18-CN*

*Brasília, em 17 de julho de 2018*

*Senhor Presidente,*

*Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 831, de 2018, que “Altera a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal”.*

*À Medida foram oferecidas 9 (nove) emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 1, de 2018 (CM MPV nº 831, de 2018), que conclui pelo PLV nº 22, de 2018.*



---

*Esclareço a Vossa Excelência que o texto da matéria foi disponibilizado, em meio digital, por intermédio do autenticador no sítio dessa Casa.*

*Atenciosamente,*

*Senador Eunício Oliveira*

*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*



---

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Passa-se ao próximo item:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 831, DE 2018**

**(DO PODER EXECUTIVO)**

*Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 831, de 2018, que altera a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; no mérito, pela aprovação desta, pela aprovação parcial das Emendas de nºs 4 e 7 apresentadas, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2018, adotado, e a rejeição das Emendas de nºs 1, 2, 3, 5, 6, 8 e 9 apresentadas (Relator: Senador Fernando Bezerra Coelho; Relator Revisor: Deputado Pedro Fernandes).*



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Passa-se à discussão.

Não há oradores inscritos.

Declaro encerrada a discussão.





---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Passa-se à votação.

Em votação o parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Não há oradores inscritos.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Passa-se à votação do mérito da matéria.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2018, adotado pela Comissão Mista, à Medida Provisória nº 831, de 2018, ressalvados os destaques.



---

**O SR. ORLANDO SILVA** - Orientação de bancada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Peço que abram o painel de orientação, por favor.

Para orientar, tem a palavra o Deputado Orlando Silva.

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero orientar, em nome da bancada do PCdoB, porque considero que valorizar os trabalhadores do transporte, os caminhoneiros autônomos, é um aspecto positivo desta medida provisória.

Os trabalhadores do transporte são fundamentais para o funcionamento da economia brasileira. Os motoristas de caminhão fazem com que toda a produção seja escoada em nosso País. É escoada através da rodagem 98% da produção.

Infelizmente, a política de preços da PETROBRAS penaliza os caminhoneiros. Eu considero que esta medida provisória pode permitir o estímulo à atividade desenvolvida pelos caminhoneiros do Brasil.

É por isso que a posição do PCdoB é favorável a esta matéria.

**O SR. HILDO ROCHA** (MDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o MDB orienta “sim” e pede que seja colocado no painel “sim” para toda a base, porque entendemos que estamos atendendo às reivindicações dos motoristas de caminhões, principalmente os autônomos.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Então, coloquem “sim” para toda a base.

Como vota o PDT?

**O SR. ASSIS DO COUTO** (PDT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta medida provisória é resultado da conquista, da luta dos



caminhoneiros, desde muitos anos atrás. Na paralisação de 2015, já era para ter sido resolvida essa questão de criar uma cota mínima.

No mínimo 30% dos fretes da CONAB feitos pelos caminhoneiros autônomos eram para ser de outros setores do Governo, de empresas do Governo, no entanto ficou só a CONAB. Mas essa é uma conquista importante.

Eu fui autor do Projeto nº 428, aprovado nesta Casa — era o Projeto nº 161 no Senado —, que se transformou, na greve de 2018, na Medida Provisória nº 831.

Apresentei um destaque a essa medida do PDT, mas nós vamos retirá-lo porque é importante votarmos a matéria. Eu acho que vamos fazer uma experiência importante. Talvez, no futuro, possamos melhorar esta lei.

Mas nós, do PDT, é claro — eu, como autor deste projeto, praticamente como autor do projeto original —, somos...

*(Desligamento automático do microfone.)*



---

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Deputado Ságuas Moraes, como vota o PT?

**O SR. SÁGUAS MORAES** (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores, ainda nos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, trabalhou pela renovação da frota e para que o preço do combustível ficasse congelado por um período — quando o preço aumentava, aumentava muito pouco —, garantindo aos caminhoneiros não só uma condição melhor para essa renovação, mas também melhor ganho.

Agora nós também somos favoráveis a esta MP. O Deputado Henrique Fontana, o Deputado Carlos Zarattini, o Deputado Arlindo Chinaglia e o Deputado Pedro Uczai participaram da Comissão Especial, para resolver o problema da greve dos caminhoneiros, com a bancada da base do Governo. Nós somos favoráveis à matéria, porque aqui se garante que no mínimo 30% do frete da CONAB vai para a cooperativa ou a associação das transportadoras.

O PT vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Como vota a Oposição, Deputado Celso Pansera?

**O SR. CELSO PANSERA** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a categoria bancária está em campanha salarial em nível nacional e hoje houve a negociação com a Diretoria da Caixa Econômica Federal.

A Diretoria da Caixa Econômica Federal, seguindo orientação do Governo, está aplicando a nova lei trabalhista, que surgiu da reforma votada aqui na Câmara no ano passado.

Pasmem os senhores: a Diretoria da Caixa está reconhecendo apenas 28 das cláusulas do histórico acordo coletivo da categoria. Menos da metade das cláusulas



sociais da categoria bancária está sendo reconhecida pela Diretoria da Caixa Econômica Federal.

Por isso, amanhã, em nível nacional, os bancários da Caixa farão as suas assembleias para discutir o movimento grevista, contra a Direção da Caixa Econômica Federal e o Governo golpista.

Amanhã estaremos juntos com os bancários na Baixada Fluminense.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu apresentei uma emenda à matéria porque achava que não deveria ser considerado só o recurso da CONAB para o transportador autônomo. Eu fiz uma emenda para que todo o transporte contratado pelo Governo Federal fosse para o autônomo. É exatamente o autônomo que mais precisa de apoio.

Nós vamos votar a favor da matéria, mas lembrando isto, que poderia ser considerado não só o da CONAB, e sim todas as contratações de fretes para os autônomos, o que ampliaria a possibilidade para os autônomos.

É bom lembrar que nós precisamos garantir que o autônomo tenha essa preferência sobre o tema do frete, mas é preciso também que haja frete, porque o Brasil precisa crescer economicamente. Se o Brasil não tiver apoio para melhorar a economia, não adianta só garantir o frete. Tem que haver frete.

Então, esta é uma grande cobrança que fazemos ao Governo: uma política melhor para a economia.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vai orientar.

É bom lembrar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que esta garantia de que a CONAB disponha 30% da sua demanda para associação de transportadores



autônomos de cargas e também para cooperativa de transportadores autônomos só existe porque houve muita pressão e uma paralisação.

Parece que o Governo no Brasil — e o do Temer é especial nisso — é como feijão bem preparado para se comer ou chope bem tirado: só na pressão!

Então, essa é uma medida provisória adequada, justa. Nós do PSOL somos muito críticos a qualquer dispensa de licitação. Mas, num setor que tende a ser dominado pelas maiorias, essa é uma medida correta.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra ao Deputado Danilo Cabral.

**O SR. DANILO CABRAL (PSB-PE.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB orienta “sim”.

Eu quero aproveitar este espaço para também fazer meus agradecimentos aos nossos pares da Comissão de Educação e a todo o Plenário desta Casa pela aprovação dos projetos que foram possíveis de ser aprovados, que vão fazer avançar a educação pública de Pernambuco.

Como diria meu conterrâneo Chico Science, um passo à frente e você não está mais no mesmo lugar.

Eu acho que aqui demos alguns passos à frente no sentido de melhorar a qualidade do ensino do nosso País. Essa é uma etapa daquilo que foi planejado na Comissão. Nós vamos agora dar sequência a um compromisso que firmamos, no sentido de levar esse debate para o período eleitoral. Nós vamos começar, no próximo dia 15 de agosto, a campanha propriamente dita.

Aprovamos na Comissão e no seminário que nós fizemos conjuntamente com a Frente Parlamentar Mista da Educação e com a Frente Parlamentar em Defesa da Implantação do Plano Nacional de Educação, presididas respectivamente pelos





Deputados Alex Canziani e Pedro Uczai, uma carta-compromisso, que será entregue a todos os pré-candidatos à Presidência da República, no sentido de colocar, neste ano de 2018, a educação no centro do debate do nosso País.

Nós já fizemos uma primeira entrega dessa carta ao pré-candidato Alvaro Dias. E agora, com a conclusão das convenções partidárias, nós vamos fazer chegar essa carta a todos os outros pré-candidatos à Presidência da República. Queremos que todos eles assumam, na palavra e na atitude, o compromisso de valorizar a educação como um instrumento de transformação do nosso País e sobretudo de inclusão das pessoas.

Mais uma vez, agradeço ao Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia, aos nossos colegas da Comissão de Educação, à Deputada Professora Dorinha, 1ª Vice-Presidente, à Deputada Alice Portugal, 2ª Vice-Presidente, e a todos que neste plenário nos ajudaram a conquistar esses avanços na noite de hoje.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Posso colocar a matéria em votação? *(Pausa.)*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE (JHC) - Em votação.**



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Está aprovada a Medida Provisória nº 831, de 2018, na forma do projeto de lei de conversão.



---

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

Ofício nº 330/18-CN

*Brasília, em 20 de junho de 2018*

*Senhor Presidente,*

*Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 833, de 2018, que “Altera a Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, para prever que, em todo o território nacional, os veículos de transporte de cargas que circularem vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais ficarão isentos da cobrança de pedágio sobre os eixos que mantiverem suspensos”.*

*À Medida foram acrescentadas 12 (doze) emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 1, de 2018 (CM MPV nº 833, de 2018), que concluiu pelo PLV nº 17, de 2018.*

*Esclareço a Vossa Excelência que o texto da matéria foi disponibilizado, em meio digital, por intermédio do autenticador no sítio dessa Casa.*

*Atenciosamente,*

*Senador Eunício Oliveira*

*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Sobre a mesa a seguinte matéria:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 833, DE 2018**

**(DO PODER EXECUTIVO)**

*Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 833, de 2018, que altera a Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, para prever que, em todo o território nacional, os veículos de transporte de cargas que circularem vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais ficarão isentos da cobrança de pedágio sobre os eixos que mantiverem suspensos; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e pela aprovação parcial da Emenda nº 4, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2018, apresentado; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 3 e 5 a 12. (Relator: Senador José Agripino).*



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Passa-se à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.





**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Passa-se à votação.

Em votação o parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Aqueles que forem pela aprovação...

**O SR. ORLANDO SILVA** - Sr. Presidente, peço a palavra para orientação de bancada.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Para orientar, tem a palavra o Deputado Orlando Silva.

**O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, em nome do PCdoB, votamos favoravelmente a essa medida provisória que isenta o eixo levantado dos caminhões nas rodovias brasileiras.

Nós consideramos que é uma medida que pode desonerar os caminhoneiros, os trabalhadores do transporte de cargas, mas consideramos que é necessário enfrentar o centro do problema, que é combater a política de preços da PETROBRAS que produziu valores escorchantes para os combustíveis em nosso País.

E fazemos um alerta, em nome da bancada do PCdoB: não se pode transferir esse custo para as tarifas dos pedágios. O próprio projeto prevê mecanismos que não signifiquem transferir o que vai deixar de ser cobrado do eixo levantado para as tarifas, tributando toda a sociedade brasileira.

E dizemos “sim”, porque nós votaremos favoravelmente, com os caminhoneiros, com os trabalhadores do transporte de cargas do Brasil.

**O SR. ASSIS DO COUTO** - O PDT, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - O PDT como orienta?

**O SR. ASSIS DO COUTO (PDT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - O PDT orienta “sim”.



Esta é mais uma conquista dos caminhoneiros obtida naquele momento difícil, no domingo, dia 27, na madrugada do dia 28, segunda-feira, quando na mesa da negociação se acordou, então, resolver esse problema.

Para o eixo erguido, havia uma interpretação que não valia, por exemplo, nas rodovias estaduais ou concedidas aos Estados. A Medida Provisória nº 833, de 2018, resolve este problema. Definitivamente, já vi o funcionamento disso; está valendo como lei; e é urgente que aprovemos aqui na Câmara e também no Senado e que seja sancionado, para resolver isso que era uma grande injustiça e um ganho desnecessário das empresas de pedágio.

Portanto, nós somos favoráveis à aprovação desta medida provisória, que resolve esse problema dos caminhoneiros.

**O SR. PRESIDENTE (JHC) - O PSDB como orienta?**

**O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB orienta “sim” a essa medida provisória.**

Já está em vigor o acordo que foi feito pelo Governo com todos os setores dos caminhoneiros. Então, o PSDB vota “sim”, atendendo a uma reivindicação dos caminhoneiros naquele momento difícil de greve que o País atravessou.

Agora, repito, a medida provisória já está em vigor, e o PSDB vota “sim”, a favor dos caminhoneiros.

**O SR. PEDRO UCZAI - O PT, Sr. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE (JHC) - Por favor, Deputado.**

**O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores vota “sim”.**



Participamos, junto com vários Deputados de nossa bancada, desde 2015, do debate sobre a situação dos caminhoneiros deste País, principalmente os autônomos. Já na época, tinha sido construído o entendimento de que deveria ser evitada a cobrança de pedágio do terceiro eixo suspenso.

Essa medida provisória estende a isenção para as rodovias estaduais e municipais. Portanto, ela consolida a não cobrança de pedágio do terceiro eixo tanto nas rodovias federais quanto nas rodovias estaduais e municipais.

A nossa bancada acompanha o voto favorável porque se trata de mais uma conquista para os caminhoneiros, além da medida anterior, que permitiu que os caminhoneiros autônomos pudessem destinar e...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. BOHN GASS** - A Oposição, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

**O SR. HILDO ROCHA** (MDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, orientando pelo MDB, registro que nós apresentamos uma medida provisória, que foi editada pelo Presidente Michel Temer e melhorada na Comissão Especial. Essa medida provisória atende uma reivindicação dos caminhoneiros do Brasil inteiro com relação aos eixos suspensos, quando passarem por estradas privatizadas.

Há que se dizer que nenhuma estrada foi privatizada neste Governo, mas nos Governos anteriores, e, agora, com a decisão do Governo atual, da Câmara Federal e, com certeza, do Senado, os caminhoneiros que passarem com seu caminhão com dois, três ou quatro eixos, sem carga, desde que os eixos estejam suspensos, serão isentos de pagar o pedágio.



Portanto, o MDB orienta “sim”, e a base toda orienta “sim”.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (MDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- A base toda vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. BOHN GASS** - Presidente, a Oposição.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Como vota a Oposição?

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós também concordamos com a medida provisória e votaremos a favor.

Mas é bom que se registre que, apesar de todos os caminhheiros terem a isenção do pedágio do eixo suspenso a partir de agora, muitas vezes eles pagam pedágio na cidade onde moram ou na cidade onde trabalham. Eu fiz uma emenda para que, também nesses momentos, na sua cidade, o caminhoneiro não pagasse pedágio. Infelizmente, essa emenda não foi aceita. Eu lamento. Nós vamos votar a favor porque o eixo suspenso ficou fora da cobrança, mas deveriam ter também essa consideração.

Também quero lembrar que só vamos resolver a situação dos caminhoneiros se o Governo mudar a lógica do cálculo do preço do combustível. O preço do nosso combustível hoje está nivelado com o preço internacional e dolarizado, o que torna o produto caro para o caminhoneiro e para todo cidadão, inclusive para o agricultor, que coloca *diesel* para ir à roça trabalhar — para todos eles. Isso também tem que mudar.

**O SR. CHICO ALENCAR** - A orientação do PSOL, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Qual é a orientação do PSOL, Deputado Chico Alencar?



**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, veja só que absurdo: em 2012, nós aprovamos aqui uma lei, a Lei dos Caminhoneiros, que já definia que os veículos de transporte de carga, sem a carga, com o eixo suspenso, não pagariam pedágio sobre eixo suspenso.

Veja que a sanha arrecadatória do Estado brasileiro, junto com a sanha da roubalheira, leva a esse paradoxo. Estamos aqui aprovando a mesma coisa, acrescentando “em todo o território nacional”, porque muitos Estados diziam: “*Não, isso só vale para rodovias federais*”.

Então, você tem que legislar sobre a legislação para fazer justiça. É uma demasia, é um absurdo. O Estado brasileiro precisa ser radicalmente reestruturado, reformado, precisa avançar no sentido social e na defesa de quem trabalha, como os caminhoneiros.

O voto do PSOL é “sim”, ressalvado o destaque.

**O SR. SIMÃO SESSIM** - Posso fazer um registro?

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Tem a palavra o Deputado Simão Sessim.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Eu gostaria muito de falar da minha alegria por esta memorável sessão que estamos realizando nesta noite, sob a Presidência de V.Exa.

Aprovamos alguns projetos que geram verdadeiro avanço na educação, na qualidade do ensino e principalmente na valorização do professor.

E eu fiquei mais feliz ainda porque tive uma proposição, que é o Projeto de Lei nº 6.409, de 2013, que trata exatamente de incentivos para a valorização do professor, aprovado apensado ao Projeto de Lei nº 1.287, de 2011.

Nesse projeto foram traçadas as diretrizes nacionais...



**A SRA. KEIKO OTA** (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -  
Presidente, o PSB encaminha “sim” a esse projeto.

**O SR. SIMÃO SESSIM** - Presidente, eu queria terminar.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Pois não, fique à vontade.

**O SR. SIMÃO SESSIM** - Então, nesse Projeto de Lei nº 1.287, de 2011, nós aprovamos as diretrizes para a valorização de professores da educação escolar básica, as quais têm três vertentes: planos de carreira, em que condicionamos uma série de vantagens para quem receber esse incentivo; a formação continuada; e as condições de trabalho, já que melhoram muito as condições de locomoção, de segurança.

Enfim, esta é uma noite memorável, Presidente, e eu parablenizo V.Exa. por ter conduzido esta sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Agradeço as palavras do Deputado Simão Sessim.

Esta também é uma das lutas, é uma das bandeiras do nosso mandato: a valorização do magistério.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente JHC, também num registro rápido, gostaria de parabenizar o Deputado Danilo Cabral, Presidente da Comissão de Educação, a Deputada Dorinha e todos os membros da Comissão de Educação, que é um colegiado qualificado desta Casa, pelos projetos apresentados.

Sabemos que precisamos avançar muito mais em direção ao não corte de verbas da educação e à derrubada da Emenda Constitucional 95.



Mas eu não poderia deixar que esta noite acabasse sem fazer menção aos 12 anos da Lei Maria da Penha, um código legal dos mais importantes do mundo, aprovado no Plenário desta Casa. Tive a honra de participar desta aprovação, da construção daquela redação e digo, Presidente, que hoje as mulheres aprenderam a dizer “não” e estão morrendo.

Em menos de 24 horas, tivemos dois feminicídios no Brasil. Duas mulheres morreram por serem mulheres, de maneira fútil, criminosa.

Finalizo, dizendo que é necessário avançarmos na aplicação da Lei Maria da Penha, na quantidade de varas especiais, na quantidade de delegacias de proteção à mulher e, sem dúvida, na educação da população brasileira para o fato de que nós somos diferentes, mas somos iguais.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço à Deputada Alice Portugal.

**O SR. AFONSO MOTTA** - Vamos votar, Sr. Presidente.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE (JHC) - Em votação.**



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Passa-se à votação do mérito da matéria.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2018, adotado pela Comissão Mista, à Medida Provisória nº 833, de 2018, ressalvados os destaques.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Está aprovada a Medida Provisória nº 833, de 2018, na forma do Projeto de Lei de Conversão, ressalvados os destaques.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Destaque nº .

*Requeiro, nos termos do art. 161, inciso II, e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação da Emenda nº 10, apresentada à MPV nº 833/2018.*

*Sala das Sessões, 07 de agosto de 2018.*

*Deputado Chico Alencar*

*Líder do PSOL*



**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós acabamos de aprovar o mérito da Medida Provisória nº 833, e é importante retomarmos duas questões.

A primeira delas é a questão que foi levantada pelo nosso Líder, Deputado Chico Alencar, futuro Senador pelo Estado do Rio de Janeiro. É um absurdo que nós estejamos aqui fazendo modificações pontuais, aparentemente desnecessárias, mas que se tornam necessárias por conta do oportunismo dos que governam os entes desta Federação nas suas três esferas e que resolvem interpretar à sua maneira a lei, para não cumpri-la. Então, lei virou potoca. Ela só é interpretada conforme a conveniência de quem exerce o poder para favorecer os seus asseclas ou assemelhados ou para prejudicar aqueles que porventura sejam adversários e, de um modo geral, prejudicar os que vivem do trabalho: o povo, o trabalhador.

A outra questão é que aprovamos, no mérito, uma medida que favorece todos os caminhoneiros, de todos os caminhões, mesmo sabendo que 55%, pelo menos, das frotas pertencem às grandes empresas. Depois da greve dos caminhoneiros, os donos de empresas, inclusive os produtores rurais, passaram a comprar a sua frota própria, de modo que hoje cada vez mais é menor o número de autônomos.

No entanto, não há como aprovar a medida para favorecer apenas o autônomo, por exemplo, com a não cobrança, como fizemos, em todo o território nacional, de pedágio de veículos de transporte de cargas que circulem vazios. Não há como favorecer uma parte apenas. Então, foi necessário aprovar a emenda.



---

Por fim, defendemos aqui a Emenda nº 10, desse Destaque nº 1, que deve preservar o interesse nacional. E é isto que queremos incluir, que é da alçada do Deputado Paulo Pimenta: proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos; contribuir para a redução da vulnerabilidade externa da economia mediante estímulo à produção nacional e à autossuficiência; reduzir a volatilidade dos preços internos; promover a modicidade de preços; permitir a previsibilidade dos custos; promover a eficiência geral da economia; contribuir para o fortalecimento da cadeia interna e garantir o abastecimento interno. Ou seja, dar uma basta a essa política entreguista da PETROBRAS, que submete os interesses nacionais aos interesses das grandes multinacionais.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Em votação a emenda.





---

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Aqueles que forem pela aprovação da emenda destacada permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADA.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.



**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

*Of. nº 359/2018- CN*

*Brasília, em 4 de julho de 2018.*

*Senhor Presidente,*

*Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 837, de 2018, que “institui indenização ao integrante da Carreira de Policial Rodoviário Federal”.*

*À medida foram oferecidas 11 (onze) emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 1, de 2018 (CM MPV nº 837, de 2018), que concluiu pelo PLV nº 19, de 2018.*

*Esclareço a Vossa Excelência que o texto da matéria foi disponibilizado, em meio digital, por intermédio do autenticador no sítio dessa Casa.*

*Atenciosamente,*

*Senador Eunício Oliveira*

*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*

Prorroga-se a sessão por 1 hora.



---

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Há matéria sobre a mesa.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 837, DE 2018**

**(DO PODER EXECUTIVO)**

*Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 837, de 2018, que “institui indenização ao integrante da Carreira de Policial Rodoviário Federal”; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária desta e das Emendas de nºs 1 a 11; e, no mérito, pela aprovação desta e da Emenda de nº 3, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2018, e pela rejeição das Emendas de nºs 1, 2 e 4 a 11 (Relator: Sen. José Medeiros).*



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Passa-se à discussão. (*Pausa.*)

Não há orador.

Declaro encerrada a discussão.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Passa-se à votação.

**O SR. CHICO ALENCAR** - Passa-se à orientação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Nós vamos passar à orientação logo após.

Em votação o parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Passa-se à orientação de bancada.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB-RS)** Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- A base vota "sim". Toda a base vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

**O SR. HILDO ROCHA (MDB-MA)** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, através de medida provisória, nós aqui estamos trabalhando e oferecendo um paliativo a um grande problema que nós temos, a segurança nas rodovias federais de nosso País.

Lá mesmo, no Maranhão, infelizmente, tendo em vista a pequena quantidade do contingente da Polícia Rodoviária Federal, foi necessário fechar alguns postos da Polícia Rodoviária Federal. Mesmo que nós continuemos indo constantemente, como Parlamentar representando o Maranhão, ao Ministério da Justiça e à Polícia Rodoviária, ainda em função da falta de policiais rodoviários federais, esses postos ainda não voltaram a funcionar.

Vejo que há necessidade de concurso, mas, mesmo assim, essa medida provisória oferece aos Policiais Rodoviários Federais um incentivo para que possam dobrar a sua carga de serviço.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - O MDB vota "sim".

Como vota o PT, Deputado Ságuas Moraes?

**O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT)** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Partido dos Trabalhadores vai votar "sim" a essa MP, até por justiça aos policiais rodoviários federais, que têm feito jornada extra e não têm tido a remuneração necessária.





No entanto, precisamos denunciar que existe um déficit de policiais rodoviários federais. Há necessidade de realização de concursos. Além da falta de remuneração por algumas horas extras que esses policiais fazem no dia a dia, se não houver um concurso público, vamos criar condições para que os policiais deixem de ter os intervalos de descanso que estão previstos na legislação, que estão previstos para a sua condição de policial rodoviário federal.

O Partido dos Trabalhadores é favorável. No entanto, há necessidade de realização de concurso para os policiais rodoviários federais neste País.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente, o PCdoB quer orientar.

**O SR. AFONSO MOTTA** - O PDT quer orientar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Com vota o PDT?

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vai votar “sim”, mas quer somar-se à manifestação anterior e chamar atenção para o significado e a importância de aparelharmos a nossa Polícia Rodoviária Federal.

Nós todos, Parlamentares, que percorremos parte do território dos nossos Estados cotidianamente, que temos contato com as estradas, que fazemos toda a nossa atividade produtiva a partir dessa grande caminhada, precisamos valorizar muito a Polícia Rodoviária Federal e toda instituição que procure contribuir para a segurança e para a preservação das vidas.

Por isso, o voto do PDT é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Como vota o PCdoB, Deputada Alice Portugal?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, como criadora da Frente Parlamentar em Defesa da



Polícia Rodoviária Federal, quero dizer a essa instituição — que foi fundada em 24 de julho de 1928 e, portanto, completou 90 anos no último dia 24 —, que esta é uma medida justa, porque, de fato, aqueles policiais têm sido chamados para todo tipo de advento nas rodovias federais do Brasil e não têm, há muitos anos, reajuste salarial.

Quero dizer que é necessário concurso, é necessário reabrir postos, é necessário democracia. É necessária a valorização do policial rodoviário federal, que é um policial completo, porque realiza até partos, organiza a circunstância dos animais que estão soltos nas pistas e, lamentavelmente, enfrenta o crime organizado. E há muitos policiais rodoviários sequelados por isso.

O PCdoB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem a palavra o Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa medida provisória faz justiça à categoria da Polícia Rodoviária Federal, que tem um trabalho dos mais importantes para o País.

As estatísticas que têm sido publicadas sobre o trabalho de apreensão de drogas pela Polícia Rodoviária Federal nas *blitze* que têm sido feitas no Brasil mostram que a instituição tem contribuído muito para a paz e a tranquilidade de muitas famílias brasileiras. Portanto, tem um mérito muito grande e de muita justiça dar aos policiais rodoviários federais a oportunidade de serem remunerados pelo trabalho fora do horário obrigatório.

Portanto, o nosso partido PR encaminha o voto “sim”, com ressalva. Ressalvamos a importância que tem essa categoria para o nosso País. Votamos “sim”, com louvor aos policiais rodoviários federais.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Com a palavra o Deputado João Campos.

**O SR. JOÃO CAMPOS** (PRB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero inicialmente cumprimentar o Diretor-Geral da PRF, Renato Dias, porque foi a inteligência dele que levou essa proposta ao Sr. Presidente da República, e este a acolheu.

E não se trata necessariamente de medida para beneficiar o policial rodoviário federal. Ao contrário, ele é beneficiado por consequência. Essa é uma política de Governo. A PRF hoje tem um efetivo de apenas 10 mil homens, com déficit de 3 mil homens. Até que se complete esse efetivo, através de concurso, há uma demora, e a sociedade paga um preço caro. Portanto, essa é uma forma inteligente de se aproveitar esse efetivo existente para num momento de folga continuar prestando seu serviço. Necessariamente, tem que haver contrapartida, através de indenização. Esse é um mecanismo inteligente, que atende a uma necessidade do Governo e da sociedade.

Portanto, o PRB recomenda o voto “sim”, com louvor e aplausos ao Sr. Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, ao Ministro da Segurança Pública e ao Presidente da República, que adotou essa medida provisória.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Só eu não pude completar meu raciocínio, Sr. Presidente.

“Sim” é o voto do PCdoB.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Ouço o Deputado Chico Alencar.

**O SR. PEDRO UCZAI** - A Minoria quer orientar.



**O SR. CHICO ALENCAR** - A Deputada Alice merecia concluir a frase.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Por favor, Deputado Chico Alencar.

**O SR. CHICO ALENCAR** - V.Exa. foi injusto.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tudo bem, foi uma inobservância da minha parte.

**O SR. CHICO ALENCAR** - O Deputado José Rocha falou por 2 minutos, e a Deputada não conseguiu concluir a frase.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Desculpe-me, Deputada Alice Portugal. Sempre sou muito benevolente, é o meu perfil. Perdoe-me se nesse momento houve essa inobservância. Deputada Alice Portugal, perdoe-me, desculpe-me.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Sem problema, Presidente JHC.

Aproveito para cumprimentar toda a Direção da PRF e os ex-sindicalistas que estão aqui. Parabenizo toda a corporação por essa vitória, que não é a vitória ideal, mas é, sem dúvida, algo que auxilia a PRF nas grandes tarefas.

O PCdoB vota "sim".

Obrigada, Deputado Chico Alencar.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Parabéns, Deputada Alice!

Sejam todos bem-vindos!

Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Não vamos nos iludir. Essa medida que estamos transformando em lei é paliativa. A indenização por turno de 6 horas, pela jornada de 12 horas, à razão de 420 ou 900 reais, não é incorporada ao salário e não supre o problema real da



categoria, que é a falta de quadros. Há pelo menos 3 mil vagas para policiais rodoviários bem servirem ao País. A categoria quer também o concurso público; a categoria não quer abrir mão também de uma conquista da classe trabalhadora no planeta inteiro. É muito importante, especialmente para os policiais, entregues a jornadas exaustivas e perigosas, o descanso semanal remunerado. Mas, de qualquer forma, entendemos que essa compra da folga, que já existe na prática, é muito importante.

O meu voto, portanto, é “sim”, favorável a esse avanço.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço ao Deputado Chico Alencar.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Uczai para orientar pela Minoria.

**O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Hoje, o transporte no País é hegemonicamente feito nas rodovias. Portanto, temos que reconhecer o papel estratégico da Polícia Rodoviária Federal nas rodovias brasileiras.

Mais concurso público, mais profissionais, uma política de carreira mais clara para valorizar o salário dos profissionais, equipamentos, novas tecnologias, novos veículos, tudo isso é fundamental e estratégico para a Polícia Rodoviária Federal. Mas, dentro das circunstâncias de um Governo que não enxerga longe, que não enxerga o horizonte, numa compensação mais imediata e conjuntural, nós reconhecemos a luta da Polícia Rodoviária Federal e das suas entidades sindicais.

Parabéns à entidade sindical, que mobilizou, pressionou e conquistou pelo menos uma parte das suas reivindicações!

A Minoria vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem a palavra a Deputada Keiko Ota.



**A SRA. KEIKO OTA** (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSB encaminha “sim”, porque reconhece o valor da Polícia Rodoviária Federal.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Agradeço à Deputada Keiko Ota.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE (JHC) - Em votação.**



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.





---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Passa-se à votação do mérito da matéria.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2018, adotado pela Comissão Mista da Medida Provisória nº 837, de 2018.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Está aprovada a Medida Provisória nº 837, de 2018, na forma do Projeto de Lei de Conversão.



---

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB-RS)** Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, quero fazer uma observação, pela Liderança.

Esta noite nós fizemos justiça aos caminhoneiros. Diante da impressionante greve, a capacidade de diálogo e de negociação do nosso Governo permitiu resolver problemas antigos dos caminhoneiros. Foi diálogo e negociação, que nós soubemos fazer.

Esta Casa, com os seus Parlamentares, por meio das medidas provisórias, também trabalhou e respondeu. E hoje nós o confirmamos. A primeira votação ocorreu antes do recesso. Votamos hoje a segunda, a terceira e a quarta matéria.

Portanto, foi uma vitória do diálogo, do Governo e de todos, principalmente dessa minoria sofredora que são os caminhoneiros.

Parabéns ao Parlamento e ao Governo!

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem a palavra o Deputado Assis do Couto.

**O SR. ASSIS DO COUTO (PDT-PR)** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero apenas dar uma informação.

Primeiro, eu quero registrar a presença do Superintendente da Polícia Rodoviária Federal do meu Estado do Paraná, o Sr. Adriano Furtado, do Superintendente do Mato Grosso do Sul e do Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, o Sr. Renato Borges.

O assunto que desejo tratar é o seguinte. Hoje nós estivemos no Senado com o Presidente Eunício Oliveira e também estivemos no gabinete do Presidente Rodrigo Maia. O tema foi a Medida Provisória nº 842, de 2018, que trata das dívidas dos produtores familiares, do agricultor familiar. A Comissão Mista que tratará dessa



medida provisória deve ser instalada amanhã. A minha dúvida é a seguinte. Parece-me que a agenda da Câmara e a do Senado não são compatíveis, ou seja, quando o Senado tem agenda durante o período eleitoral, a Câmara não tem, e vice-versa. Isso quer dizer que essa medida provisória não vai ser votada.

A MP 842 já deveria ter sido considerada inconstitucional. Nós iremos trabalhar para derrotar essa medida provisória. Junto conosco estão a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, os movimentos sociais, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar — FETRAF, lutando para atender os agricultores familiares, porque os grandes foram atendidos.

Nós votamos aqui a Lei nº 13.340, de 2016, mas o Presidente vetou a parte da agricultura familiar. Os vetos vieram para esta Casa. Derrubamos os vetos. Ora, o Presidente faz uma medida provisória para repor aquilo que foi derrubado aqui. Isso é inconstitucional!

É preciso votar a medida provisória, mas, se não for resolvida a falta de compatibilização entre a agenda do Senado e a agenda da Câmara, nós não veremos essa medida provisória derrotada, o que seria o mais necessário e urgente hoje.

Presidente, tanto o Presidente Eunício Oliveira como o Presidente Rodrigo Maia nos disseram que iriam buscar um entendimento para fazermos uma agenda conjunta para tratar dessa questão da agricultura familiar e atender à CONTAG e às suas federações.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Como membro da Mesa do Congresso, nós vamos solicitar as informações ao Secretário-Geral e ao próprio Presidente Eunício Oliveira de como vai ficar a agenda do Senado, para que o Congresso possa



funcionar com a Câmara e o Senado de forma concomitante e aumentemos a nossa produtividade.

Eu gostaria de parabenizar a todos os Parlamentares na data de hoje, um dia histórico. Essa é uma prova de que, quando queremos, podemos, sim, dar passos à frente e fazer uma discussão em harmonia. Hoje a pauta foi proativa e positiva para o Brasil. Este é um dia em que engrandecemos o nosso Congresso e conseguimos avançar.

A pauta da educação é muito importante e de extrema relevância para o povo brasileiro, especialmente para a nova geração, para o futuro deste País. Sem o educador e a valorização do magistério, não conseguimos avançar.

Tratamos dos caminhoneiros e da Polícia Rodoviária Federal — PRF, além de outros projetos de lei e medidas provisórias, todos importantes. No dia de hoje, conseguimos avançar bem na pauta.

Eu gostaria de agradecer a compreensão, a forma dedicada e o empenho de cada Relator, de cada propositor desses projetos e também daqueles que estavam envolvidos nas medidas provisórias e hoje estiveram aqui até esta hora.

**O SR. ASSIS DO COUTO** - Registro os parabéns, Sr. Presidente, pelas importantes medidas votadas. Fica apenas essa preocupação com a MP 842.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tudo bem, nós ponderamos e acolhemos essa observação. Nós vamos fazer um apelo para o Senado Federal também funcionar nas mesmas semanas do esforço concentrado da Câmara dos Deputados.

Parabéns a todos os colegas que neste plenário trataram de temas relevantes para o nosso País!

Deputada Keiko Ota, V.Exa. quer fazer uso da palavra?



---

**A SRA. KEIKO OTA** (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -  
Presidente, eu queria externar a minha gratidão ao Presidente da Comissão de Educação, o Deputado Danilo Cabral; à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende; ao Relator, o Deputado Átila Lira; à Deputada Alice Portugal e a todos os pares pelo esforço para que este meu projeto fosse aprovado.

Eu tenho certeza de que este projeto é de extrema importância, porque vai manter a criança na escola e melhorar a disciplina, a responsabilidade e o compromisso com a escola. Dirige-se não só à criança, mas também aos pais.

Muito obrigada.





---

## **PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO**

**A SRA. TIA ERON** (PRB-BA. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nobres colegas, utilizo esta oportunidade para agradecer ao Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, que, de forma empenhada com as questões de interesse da nossa população baiana, em especial do povo de Jacobina, nos ajudou a conseguir a ordem de R\$ 10 milhões para aquele Município da região norte da Bahia junto ao Ministério das Cidades, o Ministro Alexandre Baldy, ao qual aproveito para estender os meus sinceros agradecimentos e, ao mesmo tempo, reconhecer a sua dedicação à frente dessa Pasta tão importante para o Governo Federal, sendo um transformador da realidade dos Municípios brasileiros.

Esses recursos, que representam a ordem, repito, de mais de R\$ 10 milhões, serão destinados a uma grande obra de saneamento básico, em que mais de 2.800 ligações domiciliares e intradomiciliares serão realizadas, incluindo redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário, beneficiando distritos como Junco e Lages do Batata, da cidade de Jacobina. Essas localidades com certeza terão maior qualidade de vida com a aplicação destes investimentos. Cuidar do saneamento básico é cuidar, sobretudo, da saúde da população, da redução da mortalidade infantil; é promover a expansão do turismo, a valorização dos imóveis, a despoluição de rios e a preservação dos recursos hídricos.

São esses fatores que nos movem e alimentam a nossa atuação. Ganhamos força quando encontramos pessoas incentivadoras e prontas para tornar um projeto realidade.



Por tudo isso, reitero os meus sinceros agradecimentos aos Ministros Marcos Jorge e Alexandre Baldy.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



**O SR. ANTONIO BULHÕES** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pagaremos por muitas décadas as pedaladas fiscais, que maquiaram durante anos a maior recessão da história, o desemprego e o déficit público. Apenas em 2020, se tudo der certo, recuperaremos o PIB *per capita* que tínhamos em 2011.

Em meio a esse cenário, os três Poderes devem fazer todo o possível para economizar o dinheiro público. O Executivo Federal acertou ao criar o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais, que já identificou, entre o segundo semestre de 2016 e maio deste ano, R\$ 10 bilhões em pagamentos indevidos a beneficiários de três programas: o Bolsa Família, a aposentadoria por invalidez e o auxílio-doença.

Cinco milhões e setecentas mil pessoas recebiam, para si ou para intermediários, esses falsos direitos. Após a constatação das fraudes, foram canceladas 5 milhões e 200 mil Bolsas Famílias e quase 500 mil auxílios-doença e aposentadorias por invalidez. A triagem permitiu que o Ministério do Desenvolvimento Social redirecionasse esses recursos — praticamente 1 bilhão de reais — para zerar a fila de espera.

O Comitê do Executivo está monitorando possíveis fraudes também no Fundo de Financiamento Estudantil, o FIES, no Seguro-Defeso (destinado ao pescador artesanal) e no Benefício de Prestação Continuada. Esse benefício é destinado aos idosos a partir de 65 anos e aos portadores de deficiência física, mental, sensorial ou intelectual há mais de 2 anos.

Antes do Governo atual, sem controle, muitos dos benefícios sociais eram desviados com fins eleitorais ou de enriquecimento ilícito. Apenas a partir de 2016,



os dados do Bolsa Família começaram a ser cruzados com outros bancos de dados, e imediatamente se descobriu que 790 milhões de reais eram pagos a pessoas com renda mensal média acima de 178 reais por mês, ou seja, pessoas sem direito ao benefício.

Outras bases de dados continuaram sendo adicionadas e cruzadas entre si, e nesse processo verificou-se que pescadores com renda superior à permitida também constavam no cadastro do Bolsa Família. A base de dados do serviço público mostrou que milhares de Vereadores recebiam recursos do programa.

Em muitos casos, porém, a fraude é mais complexa, e cruzamentos de dados não bastam para identificar benefícios irregulares. Assim, é necessário um trabalho maior dos peritos, inclusive com visitas aos beneficiários e aos órgãos públicos, como Prefeituras. Algumas organizações não governamentais também estão envolvidas em fraudes no Minha Casa, Minha Vida, por exemplo.

Dentre os desvios apurados, o caso mais grave, proporcionalmente, foi a concessão do auxílio-doença: mais de 80% dos benefícios estavam sendo pagos indevidamente.

Quanto ao FIES, a inadimplência chegou a mais de 50%. Os alunos não pagavam o financiamento depois de formados, mas o Governo garantia o pagamento às instituições particulares de ensino. Esse é o capitalismo sem risco, o capitalismo de compadrio, que distribuiu recursos públicos para empresas privadas, sob o manto de programas sociais malfeitos, sem fiscalização e eficiência.

O FIES e outros programas supostamente progressistas foram alvo de questionamentos do Tribunal de Contas da União. O prejuízo com as fraudes feitas em nome do povo foi imenso, e somente há alguns meses começaram a ser



---

sanados. Mesmo assim, espera-se que sejam encontrados outros R\$ 20 bilhões em benefícios irregulares até 2020.

Senhoras e senhores, espero que todas essas fraudes nos programas sociais nos sirvam de alerta contra as promessas populistas que se apresentam como a voz dos oprimidos, mas que, na verdade, só têm interesse no próprio bolso e na manutenção do poder.

Obrigado.



**O SR. STEFANO AGUIAR** (PSD-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar que, no último dia 1º de agosto, foi comemorado o Dia Mundial da Amamentação, uma das datas mais significativas da nossa vida e que, sem dúvida alguma, deve ser amplamente defendida.

O leite materno é um alimento completo, capaz de oferecer todos os nutrientes necessários ao desenvolvimento do recém-nascido. Além dos laços afetivos com a mãe, a amamentação é a forma de a criança receber cálcio, fósforo e ferro, além de outros nutrientes importantes para que tenha um crescimento saudável.

Toda mãe deve ter acesso às informações corretas e adequadas sobre o aleitamento natural, sobre os riscos dos leites artificiais e as vantagens da amamentação no fortalecimento do vínculo mãe-filho e na prevenção da violência. A OMS (Organização Mundial da Saúde) e o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) recomendam ainda iniciar a amamentação nas primeiras horas de vida da criança; a amamentação exclusiva, sem nenhum outro alimento ou líquido, nem mesmo água; que a amamentação aconteça sob demanda, ou seja, todas as vezes que a criança quiser, dia e noite; não usar mamadeiras nem chupetas.

Em outras palavras, a data visa apoiar e promover a prática da amamentação natural para o combate à desnutrição e à mortalidade infantil e também difundir e possibilitar a troca de tecnologias em bancos de leite. O Brasil possui a maior e mais complexa rede de bancos de leite do mundo, com 163 unidades.

Dessa forma, a amamentação, quando praticada de forma exclusiva até os 6 meses de vida do bebê e complementada com alimentados apropriados até os 2



---

anos de idade ou mais, é de extrema importância para o crescimento, desenvolvimento e prevenção de doenças na infância e idade adulta.

Por isso, Sr. Presidente, a comemoração dessa data serve para incentivar todas as mães a essa belíssima prática que, entre outras coisas, denota amor, carinho e responsabilidade.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa Legislativa e pelo programa *A Voz do Brasil*.



---

**VI - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE (JHC) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:***



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:**



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para amanhã, quarta-feira, dia 8 de agosto, às 9 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Projetos de Decreto Legislativo nºs 493, de 2011; 379 e 436, de 2016; 608, 766, 771 e 847, de 2017.

Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.

Lembro que também haverá Sessão Não Deliberativa Solene amanhã, quarta-feira, dia 8 de agosto, às 9h05min, em homenagem aos 75 anos da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade — CNEC.

Está encerrada a sessão.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 189.4.55.O**

**Data: 07/08/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

***(Encerra-se a sessão às 23 horas e 8 minutos.)***